

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA
EMPRESA**

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

**ENTRE A COLÓNIA E A NAÇÃO: MOÇAMBICANOS
DEFICIENTES FÍSICOS DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS**

ELÍSIO JOSSIAS

**Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em
Antropologia: Multiculturalismo e Identidades**

ORIENTADOR:
Robert Rowland

Lisboa, Dezembro de 2007

À Tancinha e ao
Wuyani

RESUMO

Esta tese trata da dinâmica da identidade entre os moçambicanos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas. Procuramos dar conta da forma como os DFAs reconstroem discursivamente as experiências das suas vidas. Do ponto de vista metodológico, o estudo centrou-se na narração dos percursos biográficos dos DFAs.

A análise da “assimilação”, do princípio de “conquista das populações” praticado pela política colonial portuguesa durante a guerra, o nacionalista difundido pelo partido Frelimo depois da independência, permitiram-nos olhar para a identidade nacional em Moçambique como processo histórico.

No que se refere à análise da identidade dos DFAs, privilegiámos a forma como eles procuram articular, discursivamente, as categorias que surgem da sua interacção com os contextos colonial e pós-colonial.

Palavras-Chave: *Identidade, Identidade Nacional, Moçambicanidade, Deficientes das Forças Armadas Portuguesas*

ABSTRACT

This thesis deals with the dynamics of identity among Mozambicans Disabled Portuguese Armed Forces (DFAs). We have tried to account for how the DFAs rebuild discursively experiences of their lives. From the methodological point of view, the study focused on the narrative biographical pathways of DFAs.

The analysis of “assimilation”, the principle of "conquest of the people" that was practiced by the Portuguese colonial policy during the war, Frelimo party's nationalism after independence, have enabled us to look to the national identity in Mozambique as a historical process.

Concerning the analysis of the identity of the DFAs, our preference was on how they seek to articulate, discursively, the categories that emerge from their interaction with the colonial and post-colonial contexts.

Keywords: *Identity, National Identity, Mozambicainity, Disabled Portuguese Armed Forces.*

ÍNDICE

RESUMO	2
ABSTRACT	3
ABREVIATURAS	6
1. Introdução.....	7
2. A construção da identidade moçambicana	12
2.a) Sobre o conceito de identidade.....	12
2.b) Tentativa de portugalização das populações de Moçambique	16
2. c) Desportugalização e a construção da identidade nacional	24
2. d) O exemplo dos “comprometidos”	34
3. Os DFAs como estudo de caso	42
3. a) Legislação e a formação da Associação	42
3. b) Percursos individuais: reviver a relação colónia/nação.....	51
4. Os DFAs na primeira pessoa	63
5. Conclusão: Biografia, Memória e Identidade.....	78
6. Fontes e Referências Bibliográficas	84
6.1. Documentos de Arquivo.....	84
6.2. Referências Bibliográficas.....	85

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer aos coordenadores do Mestrado em *Antropologia: Multiculturalismo e Identidades* do ISCTE, a Clara Carvalho e o Miguel Vale de Almeida, por me terem proporcionado a oportunidade de partilhar com eles as suas preocupações científicas. Os mesmos agradecimentos são extensivos a todos os docentes. Sem a paciência e a sabedoria de Robert Rowland esta tese não teria sido possível.

As sugestões de Ana Bennard da Costa, Amélia Souto, João Paulo Borges Coelho e José Pimentel Teixeira, foram decisivas na concepção e no desenvolvimento desta tese. Um muito obrigado aos MAMI, meus colegas do mestrado, pela partilha de dúvidas e incertezas.

O contributo do Instituto Português para o Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) permitiu concretizar o projecto de frequentar o mestrado. Foi também imprescindível a colaboração do Departamento de Arqueologia e Antropologia, da Direcção da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, na pessoa do seu antigo director, Professor Catedrático Armindo Ngunga, da Reitoria da Universidade Eduardo Mondlane pelo apoio institucional.

Aos meus colegas do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane de Maputo deixo os meus agradecimentos por terem criado as condições necessárias para a minha permanência em Portugal durante os cerca de dois anos do mestrado.

À Tancinha, minha companheira, às minhas irmãs, aos meus irmãos e à minha mãe, a vossa paciência, a força que me deram e o suporte emocional foram indispensáveis para dominar as saudades e a ansiedade de estar longe de casa.

Aos meus companheiros moçambicanos a estudar em Portugal agradeço os momentos de diversão. Baltazar Muianga, Emídio Gune, Euclides Gonçalves, José Adalima, Sofia e Osvaldo Guirruogo, agradeço pela paciência que tiveram na leitura dos meus textos.

ABREVIATURAS

ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas

ADFAPM – Associação das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique

CGA – Caixa Geral de Aposentações

DFAs – Deficientes das Forças Armadas Portuguesas

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

Frelimo – Partido Frelimo

GE – Grupos Especiais

GEP – Grupos Especiais Pára-quedistas

GEPC – Grupos Especiais Pisteiros de Combate

MANU – Mozambique African National Union

OPVDC – Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil

SNASP – Serviço Nacional de Segurança Popular

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI – União Africana de Moçambique Independente

1. Introdução

Esta tese resulta de reflexões e debates teóricos que tiveram lugar no âmbito do Mestrado em Antropologia: Multiculturalismo e Identidades do ISCTE, durante o ano lectivo 2005/2006. Foi durante este período que surgiram as principais preocupações teóricas que mais tarde foram ensaiadas num tema muito actual em Moçambique: a questão da formação da identidade nacional.

A pesquisa derivou de uma problemática que reconhece a existência de uma confrontação entre a construção processual de uma identidade (pessoal) e a construção de uma identidade pensada em termos nacionais. O que liga as duas partes são os registos biográficos dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique (DFAs) e uma “memória colectiva” que serve para estabelecer uma espécie de continuidade entre o passado e o presente.

Os DFAs constituem um grupo com pouca visibilidade em Moçambique em termos numéricos e nas suas actividades, apesar de contarem com uma Associação desde o ano de 1990. Estão envolvidos num “culto de segredo” e as suas reivindicações passam-se no espaço desta Associação (ADFAPM), junto à embaixada e do Consulado de Portugal em Moçambique e em contactos permanentes com a ADFA em Lisboa.

São parte do universo dos ex-combatentes das forças armadas portuguesas que foram recrutados em Portugal, Angola, Guiné e em Moçambique para lutarem contra os movimentos nacionalistas numa guerra que começa no início dos anos 1960 e que se alastrou até o ano de 1974. Eles têm a particularidade de transportarem consigo, fisicamente, as marcas da sua participação nesta guerra. Será no contexto da guerra que irá nascer também a categoria de DFA, que serve para denominar os (ex)combatentes que sofreram ferimentos ao serviço das forças armadas portuguesas, incluindo os que foram recrutados nos territórios onde decorriam as guerras.

No contexto pós-colonial, é na reivindicação do direito de assistência junto de Portugal que se encontra o essencial da caracterização dos DFAs enquanto grupo. Trata-se de uma reivindicação que começa logo nos primeiros meses após a proclamação da independência

mas que ganha maior visibilidade 15 anos depois, quando foi constituída a Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique (ADFAPM).

Não é possível falar de identidade nacional em Moçambique sem pensar no tipo de relações que se estabeleceram durante a colonização, principalmente nas últimas 3 décadas que antecederam a independência. Tendo esta ideia em mente, procedemos à análise da estratégia político-militar de Portugal durante a guerra e a postura política da FRELIMO durante a mesma guerra e também nos primeiros anos da independência. Vimos que Portugal pretendeu transformar os territórios coloniais e respectivas populações numa extensão da nação lusíada. E a FRELIMO entrou a querer construir uma nação e, nesse processo, produziu mitos que serviram para legitimar o monopólio do seu poder e, por assim dizer, o monopólio dos critérios da “moçambicanidade”.

Partimos para a recolha dos percursos biográficos dos DFAs com o objectivo de captar a forma como eles se relacionam com estes contextos. É aqui que sobressai a afirmação da sua própria identidade. Como veremos, esta identidade cruza vários aspectos. De todos os contextos considerados, a afirmação da moçambicanidade surge em primeiro lugar e aparece como algo inerente à própria existência ou ao simples facto de pertencer (ou ter nascido) ao território moçambicano e é procurada também nas meta-narrativas produzidas pelo partido Frelimo.

Ao analisarmos o contexto colonial vimos que até 1974 Moçambique fazia parte do vasto “império português” pensado numa perspectiva transcontinental, “do Minho a Timor”. As guerras de Angola, Guiné e Moçambique, entre Portugal e os movimentos nacionalistas, que decorreram de 1961 a 1974, enquadram-se neste esforço de manter a “pluricontinentalidade” e a “pluriracialidade” da nação portuguesa. O fundamento da militarização da população negra nestes territórios encontra-se nas estratégias militares e políticas usadas por Portugal para combater os movimentos nacionalistas. O ponto principal destas estratégias foi o princípio denominado por “conquista das populações”, que consistia numa tentativa de levar as populações desses territórios a se identificarem com a causa portuguesa.

O exemplo do que foi dito acima pode ser visto no aumento, durante o período da guerra, de acções políticas e sociais visando a transformação das populações locais em

“portugueses”. No que se refere às forças armadas, todo o processo que envolveu a integração das populações locais na guerra foi acompanhado por acções de “mentalização portugalizante” (Souto, 2006): a obrigatoriedade de cumprir o serviço militar, o juramento da bandeira portuguesa, o hino nacional, as insígnias, a ideia de defesa da pátria transmitida no acto da instrução militar, as Acções Psicossociais, o facto de combater lado a lado com os soldados provenientes da metrópole, etc. No seu conjunto estas acções serviam para transmitir a ideia de um dever a ser cumprido apenas por cidadãos que fossem “verdadeiros” portugueses.

Em 1975 foi proclamada a independência de Moçambique o que fez nascer um espaço nacional, um conceito de nacionalidade, um partido vencedor, vencidos, colaboradores do colonialismo, incluídos e excluídos. Com estas acções pretendia-se difundir uma ideia de identidade que, ao privilegiar certos aspectos em detrimento de outros, produziu mecanismos de inclusão, de exclusão e de categorização da sociedade. Por exemplo, a distinção entre “Compatriotas” e “Comprometidos”, entre “Revolucionários” e “Reaccionários” ou “Inimigos do Povo”, foi característica marcante dos primeiros momentos da independência.

Ao mesmo tempo o partido Frelimo irá defender e difundir o princípio da unidade nacional como condição para a construção da moçambicanidade. Dizia-se: “temos que matar a tribo para criar a nação”. Na óptica de Severino Ngoenha, “a moçambicanidade queria-se uma comunidade ideal de cidadãos. Ela reconhecia simplesmente indivíduos iguais e ignorava as particularidades étnicas, regionais, culturais, linguísticas e religiosas de cada um” (1998: 20).

Neste trabalho procurámos responder às seguintes questões: O que significa para estes deficientes serem moçambicanos e ex-combatentes das forças armadas portuguesas em Moçambique? Como é que os DFAs incorporam nas suas experiências de vida a identidade de ex-combatentes das forças armadas portuguesas?

Com estas questões procuramos dar conta da forma como os DFAs reconstróem discursivamente as experiências das suas vidas. Do ponto de vista metodológico, o estudo centrou-se na busca da narração dos percursos biográficos dos DFAs. Com estas

informações procuramos “relacionar as narrativas e as estratégias discursivas individuais com as referências (...) compartilhadas pelos indivíduos” (Schneider, 2004:104).

As narrações biográficas foram obtidas por meio de entrevistas não estruturadas e conversas informais. As entrevistas e as conversas informais permitiram-nos captar os aspectos discursivos usados pelos DFAs para afirmarem a sua identidade. Claude Dubar chamou a este processo de “identidade narrativa”, isto é, “compreender como é que o sujeito construiu subjectivamente mundos que têm significado para ele e no seio dos quais ele se pode situar” (2006:175).

A dificuldade de encontrar informantes dispostos a conceder uma entrevista e os receios que eles manifestam nos primeiros contactos e momentos das entrevistas são aspectos que não constituem novidade para quem anda no mundo da pesquisa. Porém, as implicações destas dificuldades variam de tema para tema.

No início do estudo pareceu-nos que as reivindicações dos DFAs eram um assunto pacífico entre eles. Este optimismo desfez-se logo nas primeiras entrevistas. Os informantes mostraram-se preocupados com o impacto que os resultados do estudo poderiam ter em Portugal e em Moçambique. Fomos também alertados pelos DFAs do perigo que poderia representar a nossa pesquisa, e isso era associado à nossa filiação partidária em Moçambique, se éramos da Frelimo ou da Renamo. Estas dúvidas fizeram-nos despertar para o facto de existirem tensões, conflitos e receios na afirmação da identidade de DFA e na própria ideia da moçambicanidade.

Esta constatação consequentemente teve implicações no tratamento das entrevistas. Optamos por não incluir os nomes dos nossos entrevistados no interior do texto e nas transcrições que fizemos no último capítulo usamos nomes fictícios.

Uma grande parte da pesquisa foi realizada em Moçambique entre Fevereiro e Junho de 2007 e outra em Portugal entre Julho e Agosto. Antes havíamos realizado entrevistas exploratórias entre Setembro e Outubro de 2006 em Moçambique e iniciamos com entrevistas em Lisboa, em Janeiro de 2007. Realizamos um total de 15 entrevistas com os DFAs, sendo 10 em Moçambique e 5 em Portugal. Para além de entrevistas, uma boa parte das informações relevantes sobre a vida dos DFAs em Moçambique foi obtida em conversas informais individuais e, em algumas ocasiões, em conversas que envolveram

mais de uma pessoa. Participamos em duas reuniões da ADFAPM em Maputo, uma no mês de Março e outra no mês de Maio de 2007. Nestas reuniões conseguimos recolher informações sobre o relacionamento entre os associados e sobre as suas principais reivindicações. Entrevistamos também a um “Antigo Combatente”, nome pelo qual são conhecidos os ex-guerrilheiros da FRELIMO, entrevistamos um dirigente do partido Frelimo e um ex-GEP.

A pesquisa documental, a literatura e a imprensa foram apontados por Michel Agier como mecanismos privilegiados de produção e divulgação da cultura e da identidade (Agier, 2001:8) e, por isso, tornaram-se indispensáveis na construção do corpus da presente pesquisa. Realizamos um levantamento documental no Arquivo Histórico de Moçambique, consultamos a “Revista Tempo” e o “Jornal Notícias”, órgãos de divulgação da ideologia do partido Frelimo nos primeiros anos da independência, e na “Rádio Moçambique” recolhemos algumas gravações da “Reunião dos Comprometidos”. O Arquivo Histórico Militar e o Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa também foram visitados para o aprofundamento da constituição das forças armadas em Moçambique durante a colonização.

Começamos com a apresentação das discussões teóricas que serviram para a construção do objecto de estudo. De seguida falamos do contexto colonial e do tipo de políticas e estratégias militares usadas por Portugal no decorrer da guerra, que designamos por “portugalização” das populações de Moçambique. No ponto seguinte falamos da “desportugalização” da sociedade moçambicana como estratégia de construção e difusão da identidade nacional. O exemplo dos “Comprometidos” permitiu-nos fazer referência às práticas rituais, com característica de *ritos de passagem*, usadas pelo partido Frelimo com vista a integração de certos grupos na moçambicanidade e para a legitimação do próprio partido. O terceiro capítulo começa com a contextualização do universo dos DFAs em Moçambique e termina com a análise dos discursos recolhidos durante a pesquisa e a forma como os mesmos revelam a identidade dos DFAs. O quarto capítulo é dedicado à apresentação sistematizada de alguns extractos dos depoimentos dos DFAs. E por último apresentamos as conclusões e as referências bibliográficas usadas na elaboração do trabalho.

2. A construção da identidade moçambicana

2.a) Sobre o conceito de identidade

Nesta parte do trabalho procuramos sistematizar algumas ideias que concorreram para a construção do objecto de estudo. Os DFAs surgem neste trabalho como estudo de caso e são relevantes na medida em que as suas biografias cruzam uma identidade pensada em termos nacionais.

O modelo analítico que abraçamos neste trabalho procura explicar a forma como as narrações dos percursos biográficos dos DFAs revelam a prevalência de uma confrontação entre a construção de uma identidade nacional em Moçambique e a construção processual de uma identidade pessoal.

Ao fazermos referência à história dos DFAs em Moçambique, procuramos compreender o seu enquadramento num contexto dominado pela difusão de uma ideologia imposta pela FRELIMO a toda a sociedade no sentido de romper com a ordem social anterior, o colonialismo e toda a sua ideologia. A trajectória dos DFAs, enquanto afirmação de um grupo, e os percursos individuais mostram que é impossível para eles fazerem a tal ruptura, dado terem sido marginalizados pela FRELIMO quando esta remeteu a Portugal a responsabilidade pela sua assistência.

Os percursos biográficos são aqui encarados como “elaborações” discursivas, e por isso mesmo subjectivas, que procuram transmitir a forma como o indivíduo representa a sua existência individual num processo que cruza vários contextos políticos, sociais e económicos.

Manuela Ribeiro quando analisou o lugar das histórias de vida (entenda-se narrações biográficas) na pesquisa em ciências sociais, afirmou que: “a (re)construção das histórias de vida corresponde, assim, em larga medida, a processos de (re)construção e de actualização de identidade pessoal ...” (1995:133).

E Pierre Bourdieu em *Razões Práticas Sobre a Teoria da Acção*, quando reflecte sobre as implicações das informações de carácter (auto)biográfico, afirma: “*Mas esta identidade prática não se dá à intuição a não ser na inesgotável e inapreensível série das suas*

manifestações sucessivas, de tal maneira que o único modo de a apreendermos como tal consiste, talvez, em tentar recaptá-la na unidade de uma narrativa totalizante” (1997:55).

O que iremos ver adiante é que os DFA situam as suas narrações biográficas num contexto marcado pela fluidez, por contradições, manipulações e flutuações na definição da identidade nacional. Em Moçambique, o facto de a “invenção” e difusão da identidade nacional, a “moçambicanidade”, ser suportada pelo apelo a uma atitude anti-colonial (Ngoenha, 1998; Liesegang, 1998) criou condições para a exclusão de certos grupos sociais. É o caso dos DFA e todos aqueles que foram vistos como “traidores”, “comprometidos”, “colaboracionistas” e que foram submetidos a longos anos de “purificação”¹ entre 1975 a 1985/9.

O conceito de identidade é fundamental neste trabalho. Gerd Baumann (1999) sugere a utilização do conceito de “identificação” em vez de “identidade” uma vez que o conceito de *identificação* permite olhar para as acções dos indivíduos no processo de constituição das formas de afirmação. Desta proposta interessa-nos a referência ao aspecto *fluido* das identidades. Para o autor as identidades são criações e recriações e por isso a sua análise deve ter em consideração o contexto onde as pessoas estão inseridas quando afirmam a sua identidade.

Por seu turno Pina Cabral (2003) propõe uma abordagem *processualista* da identidade e recusa diferenciar identidade individual da identidade colectiva porque afirma que a “identidade social” pressupõe sempre a existência da relação. Dá por isso maior enfoque ao “contexto de avaliação” das identidades e considera que a produção de identificações e diferenciações está sempre inscrita dentro de um contexto de referência.

Seguindo o mesmo argumento, o autor considera ainda que todas as identidades são constituídas na relação com outras identidades e devem ser situadas num contexto espacio-temporal específico onde elas adquirem sentido através do processo de “objectivação”. Tal como as identidades, também os contextos de acção se cruzam constantemente produzindo a formação e transformação de identidades e da “agencialidade”, elementos que o autor considera serem de constituição mútua. Neste caso, é indispensável ter em linha de conta

¹ Termo usado por membros da FRELIMO para referir-se ao processo de identificação daqueles que eram considerados fiéis ao movimento e os outros que foram considerados traidores.

os interesses das pessoas e dos grupos quando se procura discutir a forma como se constitui uma determinada identidade, uma vez que estes se configuram como “relações de apropriação e de poder” cujos limites implicam no “posicionamento social”. Para o autor “o conceito de posicionamento social é particularmente útil porque não se refere unicamente a agentes sociais, mas a todas as práticas, modos de vida e campos de acção” (Pina Cabral, 2003: 16).

Segundo a mesma linha de argumento, Miguel Vale de Almeida chama a atenção para a ocorrência de uma reconfiguração das várias identidades que levam à reconstrução e inserção dos indivíduos em grupos capazes de se mobilizarem para a acção. Isto porque “o reconhecimento da natureza construída de certos conceitos identitários não impede que eles existam para os nossos informantes” (*grifos do autor*) (2000: 238).

Em quase todos os países que nasceram das independências é frequente questionar-se a existência de uma identidade nacional. Em Moçambique argumenta-se que por existirem múltiplos grupos étnicos e diferentes populações, unidos unicamente pelas fronteiras traçadas pelas potências coloniais, não se pode falar da existência de uma identidade nacional (Conceição, 2006; Cahen, 1994).

Das reflexões teóricas sobre o nacionalismo destaca-se a combinação entre a abordagem de Benedict Anderson (2005[1983]) com o conceito de “Comunidades Imaginadas” e a abordagem de Hobsbawm e Ranger (1984) com o conceito de “invenção das tradições”. Estas duas abordagens permitem pensar no aspecto construído e fluido das identidades nacionais, mas ao mesmo tempo realçam a dinâmica da difusão e da apropriação dos elementos constitutivos das identidades (nacionais). Seguindo este argumento, o questionamento da identidade nacional só é útil quando o objectivo é procurar compreender a forma como os diferentes grupos representam e vivem a identidade nacional.

Conhecemos também as abordagens de Homi Bhabha (1994) que afirma que o sentimento de pertença é “indeterminado” e “ambivalente” (*in-between*) e a sua “construção” é marcada pela negociação de significados (Bhabha, 1994: 1-7).

As ideias que acabamos de apontar dão conta de uma postura na análise das identidades que valoriza o aspecto construído e discursivo da identidade. É o mesmo modelo que

Daniel Lopes (1998) usa para enquadrar as discussões sobre identidade na sua dissertação de mestrado sobre os ex-combatentes portugueses da “tropa colonial”. Na sua tese, o autor olha para a forma como os ex-combatentes falam da guerra, do seu papel e participação na mesma, do 25 de Abril e da “descolonização”, e mostra como as denominações como “guerra colonial” e “guerra de África,” usadas pelos ex-combatentes para falar da guerra, são reveladores de processos identitários.

É uma proposta que incorpora algumas sugestões acima mencionadas e que reforça o modelo analítico que procuramos desenvolver nesta pesquisa, que se baseia na busca da narração das experiências pessoais enquanto reveladoras de processos identitários complexos cruzando vários contextos. Esta abordagem assenta na análise da forma como os percursos biográficos dos indivíduos (neste caso dos DFAs) cruzam e incorporam as várias narrativas difundidas em cada um dos contextos. Isto significa falar de identidade como a narração de um percurso biográfico que procura situar um “Eu” e um “Nós”, relacionando vários contextos.

Assumir esta proposta exige tomar algumas precauções. E para isso serve-nos a proposta de Vale de Almeida (2000) que sugere ser indispensável uma análise que combine a “discursividade” e a “representação” mas com uma atenção especial nas “práticas dos agentes sociais”. Isto não significa que os discursos correspondam necessariamente a práticas sociais dos agentes mas sim que os agentes procuram sempre dar sentido às suas práticas, recorrendo a um discurso que tende para a sua legitimação. Jens Schneider, inspirando-se em Foucault, define o discurso como “sistema formativo inter ou supra-individual voltado para as narrativas e para a construção de significado” (2004: 101).

Outro autor é Arjun Appadurai que nos chamou a atenção para o facto de a *imaginação* ocupar um lugar central nas narrações biográficas e como solução propôs uma espécie de “antropologia das representações” virada para a busca das experiências vividas (Appadurai, 1992: 198-202).

O que foi dito até aqui sugere que a narração das experiências vividas pressupõe uma tomada de posição por parte do narrador diante de várias possibilidades para a sua afirmação numa relação constante com um “Nós” e com as condições de possibilidades fornecidas pelos vários contextos. Um dos aspectos com os quais se dialoga é a história.

Nos dois subcapítulos que se seguem apresentamos as discussões sobre a estratégia política e militar assumida por Portugal durante a guerra de 1961 a 1974, que visou a “conquista das populações”, que aparece como uma continuidade do princípio de assimilação das populações dos territórios colonizados. O segundo momento é sobre o esforço de criação de uma identidade nacional em Moçambique, que segundo algumas notas referidas anteriormente assenta no apelo a uma atitude de ruptura com a ordem colonial.

2.b) Tentativa de portugalização das populações de Moçambique

Nesta parte do trabalho procuramos mostrar que as estratégias político-militares adoptadas por Portugal durante a guerra em África entre 1961 e 1974, que visavam a “conquista das populações”, contemplavam ainda o princípio da filosofia assimilacionista aparentemente abandonado com a abolição do Estatuto Indígena. Nesta fase, ao princípio assimilacionista será acrescida uma forte componente nacionalizadora das populações locais.

Para justificar a sua permanência em África, Portugal teve que demonstrar que as colónias já não eram colónias, mas sim províncias ultramarinas. Os recrutamentos locais vão servir também para reforçar a legitimidade da guerra aos olhos da comunidade internacional. Portugal não reconhece também os movimentos nacionalistas e tudo fará para demonstrar que estes não passavam de manipulações do exterior.

O Acto Colonial de 1930, ao consagrar a missão portuguesa de civilizar as populações das colónias, confirmava a pretensão de Portugal em assumir um papel protector destas populações. Com base no princípio assimilacionista, estas, por sua vez, não faziam parte da nação e muito menos tinham o estatuto de cidadania porque lhes faltavam os requisitos básicos: domínio da língua e da cultura portuguesas.

Por isso, os africanos passaram a ser contemplados por formas de organização diferentes das vigentes na metrópole. O Regulamento do Trabalho Indígena, o Acto Colonial, a Concordata e o Acordo Missionário, o Estatuto Indígena e todos os outros instrumentos reguladores da vida dos indígenas tinham como pressuposto elevar, de forma gradual, os

indígenas até à *civilização*. Deste modo pretendia-se alcançar o objectivo fundamental: transformar os territórios ultramarinos em territórios portugueses.

Para usufruir do estatuto de cidadania conhecido por “assimilação”, uma cidadania de segunda, havia que preencher uma série de requisitos nem sempre alcançáveis para a maioria da população. Era preciso dominar a língua portuguesa, falar e escrever, ter uma profissão ou provar que possui rendimentos suficientes para manter viva uma família, professar a religião católica, comportar-se como um verdadeiro cidadão português: comer à mesa, não andar descalço, falar português com os filhos e não ser refractário nem desertor do serviço militar (Castelo, 1998: 60; Macamo, 2005: 80).

A assimilação como princípio de acção junto das populações locais deixou de ser prática oficial da política colonial portuguesa com as reformas de Adriano Moreira no início dos anos 1960. Estas reformas estabeleceram a extensão da cidadania portuguesa a todos os habitantes das colónias com a abolição do Estatuto Indígena (1961). O princípio de assimilação foi substituído pelo princípio de “promoção” e “integração” acompanhado de um povoamento branco sem precedentes.

O início da guerra em Angola em 1961, na Guiné em 1963 e em Moçambique em 1964 foram acontecimentos que obrigaram Portugal a acelerar as reformas políticas de relacionamento com as populações locais nas colónias. As reformas haviam sido iniciadas de forma tímida na década anterior.

Num breve olhar para o período anterior a 1950/60, nota-se que a ideia de usar as forças armadas como elemento de civilização se desenvolveu com o Estado Novo. No período entre 1930 a 1960, Portugal levou a cabo as acções mais vistosas visando a incorporação das populações indígenas nas forças armadas com o estabelecimento de um código explícito de recenseamento e recrutamento militar. Neste período foram também instituídas as *Companhias Indígenas de Caçadores* em substituição das *Companhias Indígenas de Infantaria* vigentes no período anterior ao Estado Novo e procedeu-se também à centralização das acções de defesa dos territórios coloniais.

É também neste período que se consagra que as forças armadas constituem um elemento de civilização. Veja-se o exemplo da ideia defendida por Azambuja Martins num livro intitulado *O Soldado Africano (1936)* no qual afirmou que a instrução militar é um meio

para “moldar as sub-raças indígenas” e avançou mesmo uma proposta de generalização do recrutamento e treino militar para toda a população masculina da colónia de Moçambique (Martins, 1936: 1-6). No mesmo livro, o autor venceu o orgulho da missão civilizadora portuguesa por ter conseguido transformar o “selvagem indígena” em “soldado graduado”, facto que, segundo o autor, foi reconhecido pelas restantes potências coloniais presentes na exposição colonial de Paris onde as tropas “landins” provenientes de Moçambique serviram de guarda de honra do stand de Portugal. Por este motivo, até meados da década 1950 não se tratava ainda de uma portugalização mas de uma “conversão de pagãos e selvagens” (Anderson, 2005[1983;1991]: 126).

O surgimento, em 1960, da doutrina de contra subversão intitulada “*O Exército na guerra subversiva*” resultava dos pressentimentos da parte de Portugal de que algo iria acontecer, a avaliar pelo grande movimento independentista da Ásia e África, bem como da pressão das Nações Unidas. De acordo com Amélia Souto, as estratégias apresentadas nesta obra vastíssima de 5 volumes continham um aspecto central: *a conquista das populações e a sua adesão à causa portuguesa*. Para a sua materialização, foram traçados alguns procedimentos, nomeadamente: a) *estudos para o conhecimento dos grupos étnicos e suas tendências no que refere principalmente a sua proximidade em relação aos movimentos nacionalistas*; b) *acções psicossociais*; c) *aldeamentos*; e d) *africanização do Exército* (Souto, 2003:439).

Em termos de estratégia militar, esta doutrina resultava das experiências colhidas no contexto francês da Argélia, no contexto Inglês da Malásia e da experiência dos Estados Unidos da América para onde foram enviados oficiais para a formação nos finais dos anos 1950.

A mesma autora refere que a doutrina foi implementada em Moçambique inicialmente pelo General Augusto dos Santos, comandante-chefe do exército português em Moçambique no início da guerra. Especialistas americanos realizaram também várias visitas a Moçambique para além da formação nos Estados Unidos da América dos Generais Costa Gomes e Kaúlza de Arriaga que foram posteriormente comandantes militares em Moçambique durante a guerra (ibid.).

A outra razão para a adopção desta estratégia é de carácter político-ideológico que revelava a pretensão de manter a nação portuguesa na sua pluricontinentalidade. Deste modo, os recrutamentos locais para as forças armadas portuguesas durante a guerra em África constituíram o reflexo das mudanças políticas coloniais operadas a partir da década de 1950. Ao analisarmos as várias práticas e discursos proferidos durante a guerra de 1961 a 1974 notamos que a integração das tropas de recrutamento local e das populações nos esforços de guerra tinha em vista, para além de questões meramente pragmáticas ligadas à gestão do conflito, converter as populações locais em cidadãos portugueses.

Paralelamente, a ideia de uma nação portuguesa pluricontinental e multiracial, adoptada desde a década de 1950, passou a ser materializada por uma máquina institucional de inculcação autoritária e ideológica dos seus valores, corporizada pelo Secretariado de Propaganda Nacional e pela Agência das Colónias, com a colaboração da “missão civilizadora e cristã” (Souto, 2003: 110-112). A igreja católica tinha a missão de portugalizar os territórios coloniais e os seus povos para finalmente manter a nação.

Do ponto de vista militar, com as mudanças trazidas pela abolição do Estatuto Indígena, as Companhias de Caçadores Indígenas passaram a denominar-se Companhias de Caçadores de Naturais (CCNat) e foi estabelecido o princípio de igualdade na alimentação, nos vencimentos e nos equipamentos entre praças autóctones e praças europeias (Souto, 2003:519).

A partir de 1960, a política colonial portuguesa passou a basear-se num maior investimento visando a “conquista dos corações e das mentes”. Era preocupação de Portugal mostrar às populações locais das colónias que era mais vantajoso estar do lado de Portugal do que apoiar os movimentos nacionalistas.

Para conseguir tal intento, Portugal envolveu-se na promoção de acções económicas e sociais. O exemplo disso, são os dados apresentados por Dalila Mateus (1999) sobre a evolução do sistema educativo, que mostram que em 1950 a percentagem de crianças que frequentavam o ensino primário em relação às crianças em idade escolar era de uma média de 7% e em 1972 a taxa média situava-se na ordem de 53,43%, em todas as colónias. Outras fontes indicam que foi durante a guerra que a economia das colónias portuguesas

em África conheceu o maior crescimento com investimentos na área das estradas, transportes, indústria, habitação, educação, etc., (Newitt, 1981; Souto, 2006).

Durante a guerra as populações naturais de Angola, Guiné e Moçambique vão merecer uma atenção especial no quadro das estratégias militares que já nesta altura seguiam o princípio de “conquista da adesão das populações”. Segundo Borges Coelho a ideia de conquista das populações continha elementos da velha filosofia de assimilação que passou a contemplar o revigoração do papel histórico das forças armadas como quadro civilizador dos mancebos recrutados localmente (Borges Coelho, 2003a:178).

O papel civilizador das forças armadas contemplava, por um lado, a integração das populações locais como paramilitares, militares e auxiliares e, por outro, a utilização destes grupos em acções de “conquista” de toda a população da colónia principalmente nas zonas rurais. As forças armadas participaram activamente nas campanhas psicossociais junto das populações civis construindo escolas, hospitais e mostrando a importância de pertencer a uma nação portuguesa.

O facto de as populações naturais serem vistas como podendo ser aliciadas pela propaganda “inimiga” e “terrorista”, ou mesmo podendo vir a aderir aos movimentos nacionalistas, condicionou o seu envolvimento em toda a estratégia militar onde participaram como milícias, informantes da PIDE, membros da Acção Nacional Popular, organizadas em aldeamentos; tudo isto integrado no pressuposto da “conquista das populações”. Como afirma Borges Coelho: “no processo de militarização geral, a estratégia colonial decorreu de uma visão dicotómica segundo a qual todos os africanos eram potenciais terroristas e a única forma de impedir esse seu devir era conquistá-los activamente na defesa da ordem colonial” (idem: 178).

Conquistar as populações significava atraí-las para o lado português como forma de as isolar das “propagandas subversivas”, e isto era feito recorrendo à “mentalização portugalizante” (Souto, 2003: 521). Quando se fala da conquista das populações destacam-se, em primeiro lugar, as formas de envolvimento das populações em massa recorrendo à “militarização” alargada. A maior parte das populações rurais das colónias foi envolvida na guerra como milícias de autodefesa ou forças auxiliares, o que constituiu um esforço administrativo e paramilitar de integrar os homens válidos das aldeias na perseguição e

detecção dos guerrilheiros (Borges Coelho, 2003a: 179). Mesmo quando o objectivo não era detectar os guerrilheiros, o que se pretendia era o “accionamento” das populações, isto é, a certeza de que estavam do lado de Portugal (Borges Coelho, 2001: 131).

A segunda característica da militarização era o recrutamento para as forças regulares. Depois das hesitações do início da guerra, a partir de 1968 o recrutamento da população negra para as forças armadas portuguesas evoluiu de forma decisiva de tal modo que no final da guerra, em 1974, a percentagem de recrutamentos locais era de mais de 50%. O recrutamento dos efectivos locais para o exército regular foi o que mais se evidenciou e, segundo as estimativas de Pedro Correia, atingiram o número de 61.816 homens contra cerca de 26.000 homens das “forças auxiliares”, isto é, Grupos Especiais (2001: 149). A partir dos primeiros anos da década de 1960, Portugal uniformizou os critérios de recrutamento, treino, uniformes, equipamentos militares e vencimentos entre a metrópole e as colónias. Todos os homens recrutados nas colónias para o exército regular passaram a ser considerados cidadãos portugueses ao serviço da nação.

A terceira forma de militarização das populações das colónias foi a que passou a ser conhecida como “africanização”. Tratou-se de um processo que consistia na constituição de tropas especializadas formadas apenas por “nativos”, como eram denominados, com características raciais, étnicas e regionalistas. Esta foi a grande viragem introduzida em Moçambique por Kaúlza de Arriaga com apadrinhamento de Jorge Jardim. Esta estratégia, para além de responder à estratégia militar constante do manual referido acima, resultava de uma relativa descentralização na condução da guerra introduzida por Marcello Caetano (Borges Coelho, 2003b; Souto, 2003).

O primeiro país a experimentar a “africanização” foi Angola com a constituição, em 1966, de *Tropas Especiais* e de *Grupos Especiais* em 1968 conhecidos pela denominação de Flechas, Fiéis e Leais.

Em Moçambique foram constituídos a partir de 1969 grupos “Tipo Comandos”, em 1970 Grupos Especiais (GE) e Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP), em 1971 Grupos Especiais Pisteiros de Combate (GEPC) e em 1973 os Flechas. Para além dos grupos com estas características, as autoridades administrativas da colónia, no seu esforço de conquista das populações, intensificaram a criação de milícias de autodefesa nos aldeamentos

constituídos para isolar a população da FRELIMO. Mas também existiam as *Forças Auxiliares* e *Guias* integrados nas autoridades civis. A forma de actuação destas forças era irregular, em alguns casos constituíram forças de intervenção como é o caso dos GE e GEP, mas, regra geral, eram unidades de reforço, algumas delas assemelhando-se a forças mercenárias como é o caso dos GEPC e dos Flechas (Correia, 2001:149).

Autores que analisam a “africanização” da guerra apontam duas razões que obrigaram Portugal a avançar com esta estratégia depois de cerca de 10 anos de hesitações. Primeiro, trata-se de uma razão “pragmática” motivada pela necessidade de ter mais homens disponíveis em quantidade e a baixo custo, desde o treinamento, o transporte e sua manutenção, e que tivessem a capacidade de desmotivar o inimigo e atrair cada vez mais as populações para a “causa portuguesa”. Segunda razão, um aspecto político ideológico em que a Africanização passou a constituir uma arma da política internacional, cujo objectivo era demonstrar que não se tratava de uma guerra de ocupação ou guerra racial (destacam-se nesta análise Cann, 1997; Borges Coelho, 2001 e 2003b; Souto, 2003).

Para as forças políticas e para os comandos militares portugueses ter soldados negros a lutar contra os “terroristas” era uma demonstração de “portuguesismo”, senão mesmo da “lusitanidade” das populações de África o que iria dar peso à propaganda portuguesa que apresentava os movimentos nacionalistas como “terroristas” manipulados pelas forças comunistas. Mas também o soldado africano “era mais produtivo na recolha de informações, porque resistia melhor às doenças tropicais, e porque a sua morte ou ferimento exercia menos impacto na opinião pública metropolitana” (Borges Coelho, 2003a: 182).

Numa tentativa de fugir a esta análise formal e institucional da “portugalização” das populações de Moçambique, arriscamo-nos a afirmar, como hipótese, que a participação nas forças armadas portuguesas produziu um novo tipo de indivíduos e de identidades no quadro das relações sociais que caracterizavam o contexto colonial. Com este argumento queremos insistir no aspecto dinâmico da participação das populações em todo este processo de relacionamento com a administração colonial portuguesa, no seu envolvimento na luta pela independência e na vivência nos dois contextos. Isto porque: 1) o facto de declarar os indivíduos como portugueses não significava que eram de facto portugueses (Macamo, 2005:79); 2) o facto de o serviço militar ser obrigatório e compulsivo não

significa a ausência de indivíduos cujo maior desejo era de serem militares; 3) fazer parte das forças armadas portuguesas não significava necessariamente a manifestação de um sentimento de pertença à nação portuguesa.

Borges Coelho, quando analisa o contexto da militarização das populações rurais, descreve um cenário no qual as populações “encarceradas” nos aldeamentos se encontravam “bloqueadas” entre uma propaganda de “visão colonial” e outra de “visão nacionalista”. E da aliança entre milícias e chefes “tradicionais” enfraquecidos vão surgir novas formas de organização e novas hierarquias sociais (2003a: 180).

O que esta análise sugere é que com o mesmo entusiasmo as populações e as autoridades tradicionais aderiam quer à propaganda da FRELIMO quer à propaganda dos militares e administradores portugueses. Algumas análises, como as de Borges Coelho, referem-se que as populações, encontravam-se muitas vezes ou quase sempre “bloqueadas” e sem alternativas, e por isso alinhavam com quem chegasse primeiro ou com quem tinha mais poder de controlo em cada momento e em cada situação. Mas temos que considerar também que em muitos casos as pessoas escolheram. Fugiram do controlo da administração portuguesa para o controlo dos guerrilheiros da FRELIMO e o inverso também é válido. Então a questão que se coloca é esta: *o que diferencia em Moçambique um ex-guerrilheiro da FRELIMO e um ex-militar das forças armadas portuguesas? É a sua maior “moçambicanização” ou a sua maior “portugalização”?*

As questões acima podem ser ainda mais problematizadas através destes dois exemplos: i) um “antigo combatente”² da FRELIMO acusa os DFA de nunca terem manifestado a sua moçambicanidade antes da independência; ii) por seu turno um DFA acusa a FRELIMO de não ter divulgado suficientemente a sua propaganda libertadora e apontava este facto como o que concorreu para a sua integração nas forças armadas portuguesas.

Outro exemplo refere-se ao facto de muitos autores apontarem que, no seio das autoridades políticas e administrativas portuguesas, algumas correntes de opinião achavam que armar as milícias era armar os terroristas. Veja-se o caso de Kaulza de Arriaga, que quando Subsecretário de Estado da Aeronáutica, desencorajou, nos inícios dos anos 1960, a utilização de tropas negras e chegou a propor a redução dos efectivos existentes. Enquanto

²Entrevista realizada em Maputo em Outubro de 2006.

Comande-Geral das forças armadas em Moçambique, o mesmo Kaulza apadrinhou a constituição de Grupos Especiais (GE e GEP) constituídos na sua maioria por negros (Souto, 2003: 518-519).

A justificação inicialmente apresentada para a não incorporação das populações locais nas forças armadas portuguesas era de que os “naturais” não dominavam a língua portuguesa e possuíam fraca capacidade operacional, que facilmente podiam ser contagiados pela propaganda subversiva e que não se julgava prudente a ocupação das regiões fronteiriças pelas Companhias de Caçadores Naturais. De acordo ainda com Amélia Souto, estas justificações escondiam o verdadeiro motivo destas medidas, “pois o que realmente se passava era o profundo receio em termos da possibilidade da sua colaboração com o movimento nacionalista” (Ibid. 519).

O receio em relação às tropas “africanas” manteve-se até ao final da guerra. Em 1973, o General CEMGFA Francisco Costa Gomes apesar de reconhecer as vantagens da africanização em termos de política internacional, eficiência e melhor rendimento em relação a tropas europeias por serem menos pressionadas psicologicamente, considerava que o seu incremento constituía uma forma de potenciar o inimigo e que no futuro constituiria um encargo para a “Fazenda Nacional” por causa das reservas, reformas, pensões de sobrevivência (Souto, 2003: 20-521).

2. c) Desportugalização e a construção da identidade nacional

Moçambique tornou-se independente em 1975 e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) tornou-se no único movimento político com legitimidade de governar o país. Ao assumir o poder, a FRELIMO tentou aglutinar o país em torno de um pensamento único, o da construção de um tipo de sociedade que tinha de ter legitimidade popular e cujo lema era a ruptura com a situação colonial herdada (Souto, 2006).

Neste capítulo vamos trazer à discussão os problemas de criação de uma identidade nacional em Moçambique nos seus aspectos ideológicos, e um exemplo de como foi processada a integração na “moçambicanidade” de certos grupos que tinham sido

classificados como “traidores”. Começamos pela contextualização do surgimento e desenvolvimento da ideologia da FRELIMO até à independência. De seguida referimo-nos ao processo de integração dos ex-militares das forças armadas portuguesas e outros grupos sociais que foram catalogados na categoria de “comprometidos” pelas novas forças políticas que assumiram o poder em Moçambique.

O protocolo que dissolveu os três movimentos que se tinham constituído nos países vizinhos de Moçambique e que estabeleceu a constituição da Frente de Libertação de Moçambique, assinado em 25 de Junho de 1962, constituiu o início da concretização da ideia de Moçambique como um país e como uma nação. Os três movimentos que se uniram para dar origem a FRELIMO são a Mozambique African National Union (MANU), criada em Tanganhica (Tanzânia) em 1959, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), criada na Zâmbia em 1960, e a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), fundada no Malawi em 1961. Neste estudo diferenciamos a FRELIMO, movimento nacionalista, da Frelimo partido político que nasceu em 1977.

A análise feita a este processo mostra-nos que não pré-existiu um compromisso de constituição de um movimento unificado de luta pela independência (Macquen, 1997: 21). A constituição da FRELIMO resultou de uma pressão externa sobretudo da CONCEP, de Julius Nyerere e de Kwame Nkrumah (Mondlane, 1995[1969]; Mateus, 1999).

O movimento que nasceu em 1962 era constituído por pequenos grupos que tinham assumido inicialmente “projectos micro-nacionais” (Ngoenha, 1998:20). O desafio que se seguiu foi a tentativa de construir no seio do movimento uma ideia de “unidade”, e aqui destaca-se o primeiro presidente do movimento, Eduardo Mondlane, assassinado ainda no decurso da guerra em Fevereiro de 1969.

É o próprio Mondlane que nos diz que:

“o movimento nacionalista não surgiu numa comunidade estável, historicamente constituída, como uma unidade linguística, territorial, económica e cultural. Em Moçambique foi a dominação colonial que deu origem à comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação” (1995 [1969]: 87).

A par de Mondlane, a construção de uma ideia de Moçambique como país independente nasce de uma “minoría educada”. Esta minoría vai influenciar a FRELIMO de duas formas: directamente, fornecendo líderes ao movimento, que vão ser determinantes na construção da sua ideologia e, indirectamente, ao fornecer as bases para o desenvolvimento da consciência de um Moçambique uno (Mondlane, 1995 [1969]; Mateus, 1999).

Estas minorías eram baseadas na sua grande parte em movimentos culturais, sobretudo literários, e de intelectuais que vinham de uma experiência de denúncia da opressão, da discriminação racial e da reclamação de igualdade de direitos e oportunidades de toda a população (é o caso do Brado Africano, Centro Associativo dos Negros, Associação dos Naturais de Moçambique, NESAM).

A ideia de Moçambique uno, associada ao reconhecimento por parte dos líderes do movimento das diferenças nas populações congregadas no território conhecido por Moçambique, foi determinante para a opção por um “nacionalismo político” (Anderson, 2005 [1983]). É um nacionalismo que inicialmente vai assentar na denúncia da “experiência comum de sofrimento” e em acções que visavam promover o reconhecimento e a consciência desse sofrimento.

Aquando da constituição da FRELIMO os seus dirigentes apresentaram como último objectivo a “liquidação total em Moçambique da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo e a conquista da independência imediata e completa de Moçambique”³. Este objectivo foi estabelecido no Primeiro Congresso do movimento realizado entre 23 e 28 de Setembro de 1962, no qual também ficou determinado que a “união dos moçambicanos” seria a base para alcançar a vitória. Mas, inicialmente, tratava-se de unir os indivíduos dos diferentes movimentos e organizações que se juntaram ao projecto FRELIMO. Estavam assim lançados os dados para a construção de um princípio ideológico de unidade que foi ganhando forma ao longo dos anos da guerra.

Quando, em 25 de Setembro de 1964, o movimento nacionalista declarou o início da guerra, defendeu o princípio da “guerra popular de libertação” que devia envolver um

³ “8ª Reunião do Comité Central. Resolução de Política Geral”, *Revista Tempo* nº 286, de 28 de Março de 1976, pp 23-24.

número maior de pessoas e com uma duração prolongada. Esta forma de guerra foi encarada pelos dirigentes do movimento como mais um mecanismo para construção da unidade, da constituição de uma consciência de “moçambicanidade” e da tentativa de eliminação das diferenças sociais. Esta estratégia de luta resultava da influência chinesa no movimento e foi concebida como uma guerra feita e ganha pelo “povo” e com grande envolvimento do povo em todas as acções, desde o combate armado até à produção, do transporte de material ao reconhecimento do inimigo (Souto, 2003: 428).

O II Congresso do movimento realizado em Julho de 1968 aprovou a tese da guerra popular revolucionária e prolongada, enfatizou a necessidade da “unidade do povo”, a definição do inimigo e o estabelecimento do “poder popular” nas zonas libertadas (Souto, 2003: 434).

Para captar as populações, quer das zonas rurais onde se encontrava a grande base de apoio directo à luta, quer nas zonas urbanas, a FRELIMO vai dizer que Portugal é uma “força estrangeira” que invadiu Moçambique. Os “portugueses” são apresentados como os invasores de Moçambique e opressores do seu “povo”⁴. Mas o processo não era fácil porque havia muitas barreiras por ultrapassar sendo porventura a mais difícil criar nas populações esta ideia de Moçambique como um todo. Este facto é reconhecido por Mondlane quando afirma que em algumas regiões do território as populações não tinham contacto com a administração colonial e por isso não tinham a consciência de pertencer nem à “colónia” nem à “nação” (1995 [1969]:87).

Jacinto Veloso(2006), dirigente da Frelimo, na sua autobiografia, descreve alguns exemplos dos procedimentos usados visando a “construção” da noção de “nação moçambicana” no seio do movimento. Começa por se referir a Eduardo Mondlane como “pai da nacionalidade moçambicana” porque, na sua opinião, foi este quem difundiu a ideia de “nação moçambicana anti-racial e anti-tribal”. Veloso afirma que para pôr em

⁴A declaração do início da luta armada dizia: “ Moçambicanos e Moçambicanas, operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações e das concessões, trabalhadores das minas, dos caminhos-de-ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas, em vosso nome, a Fremimos proclama solenemente a insurreição geral armada do povo moçambicano contra o colonialismo português, para a conquista da independência total de Moçambique” In *Documentos do 3º Congresso da FRELIMO*, 3 a 7 de Fevereiro de 1977, pg.7.

prática esta ideia tiveram que elaborar um “Manual de Unidade Nacional” que devia servir para “ultrapassar as barreiras da etnia, da religião e da cor da pele” (2006: 256).

As condições de luta, a existência de “Zonas Semi-libertadas” e “Zonas Libertadas”, a definição do inimigo como sistema colonial e imperial e não como “pessoas de *cor branca*” ou o “povo português” resultaram da definição e do estabelecimento desta linha ideológica do movimento. E foi ainda no período da guerra que se definiu o ideal do tipo de sociedade que se pretendia constituir no futuro país independente, o “*Homem Novo*”. O mesmo princípio foi mantido com a independência e sustentou o conjunto de acções que se desenvolveram para o estabelecimento da soberania nacional e para a legitimação do próprio movimento nacionalista.

A denominação Zonas Semi-libertadas ou Zonas Libertadas surge no contexto da luta como consequência da acção militar do movimento e passou a referir-se à organização das populações. Pela caracterização feita pelos responsáveis dos movimentos e algumas descrições históricas, estas zonas libertadas eram constituídas pelo grosso das populações que tinham aderido ao movimento e que garantiam o seu apoio logístico e eram oriundas daqueles locais onde a administração colonial nunca tinha penetrado efectivamente.

Para a FRELIMO foi nas zonas libertadas onde se ensaiou a construção do *Homem Novo* e isso pode ser visto nesta afirmação de Samora Machel:

“Quando falamos de zonas libertadas, não nos referimos apenas à ausência da presença militar e administrativa (...) o verdadeiro sentido de zona libertada é o de zona que foi libertada das estruturas da dominação capitalista e colonial e feudal-tradicional (...) As populações são organizadas pública e abertamente e vivem a sua vida quotidiana orientadas e dirigidas pelas nossas palavras de ordem”⁵.

Posicionamentos desta natureza eram frequentes no seio dos membros do movimento nacionalista e eram fundamentados pela ideia de que era o “povo moçambicano” que lutava contra uma dominação estrangeira. Esta ideia fundadora foi muito usada na propaganda do movimento, na educação política dos guerrilheiros, nos panfletos que eram publicados, nos contactos diplomáticos mantidos com alguns países que tinham aderido à causa das independências dos países africanos. Podemos ver o exemplo do comunicado

⁵Samora Machel, *O processo da Revolução Democrática Popular em Moçambique*, Edições da Fremimos, Lourenço Marques, s/d, p.46.

emitido pelo movimento em reacção ao golpe militar de 25 de Abril de 1974, que reafirmou os objectivos da Frelimo: “a independência total e completa do povo moçambicano, a liquidação do colonialismo português” e dizia ainda que “o povo moçambicano constitui uma entidade distinta do povo português, possui a sua própria personalidade política, cultural e social que só pode ser realizada pela independência de Moçambique” e concluía dizendo “*não nos batemos para sermos portugueses de pele preta, batemo-nos para nos afirmarmos enquanto moçambicanos...*”⁶

A última parte deste comunicado contém uma aparente contradição com o pressuposto dominante da “moçambicanidade” que vinha sendo difundido: uma atitude anti-racial e anti-tribal. O que acontece é que o nacionalismo em Moçambique não consegue dissociar-se da tendência dos movimentos emancipalistas de África que encaravam o colonialismo como a opressão do Homem negro (Ngoenha, 1998: 18). O nacionalismo moçambicano surge como a libertação do “homem negro” mas procura enquadrar outros grupos sociais através da criação de outros paradigmas como, por exemplo, o “mito da resistência anti-colonial”.

As conversações sobre a independência de Moçambique iniciadas depois do 25 de Abril de 1974, data do golpe militar em Portugal que derrubou Marcello Caetano, deram origem aos acordos assinados em Lusaka a 7 de Setembro de 1974, que estabeleceram os termos sobre os quais seria realizada a transição para a independência. As mesmas ocorreram no meio de divergências nas posições assumidas pelas duas partes, com a FRELIMO a exigir o seu reconhecimento como único representante legítimo do “povo” e alguns ciclos da parte portuguesa a optarem por uma inclusão de outros grupos. O que sucedeu foi que Portugal teve mesmo que ceder e reconhecer o direito à independência de Moçambique e a FRELIMO como único movimento legítimo para assumir o poder no novo país independente.

Portugal ao reconhecer a FRELIMO como único movimento com direito a tomar o poder, posição que ficou determinada durante as negociações que deram origem aos Acordos de Lusaka, materializava-se, deste modo, a prevalência de uma visão política sobre Moçambique. A nova sociedade que a FRELIMO projecta é uma sociedade livre de

⁶Declaração do Comité Executivo da FRELIMO em 27 de Abril de 1974.

desigualdades onde prevalece o princípio de unidade. No contexto discursivo, a referência oposta é a sociedade colonial cujas estruturas são alvo de “escangalhamento”.

Como resultado dos Acordos de Lusaka, a FRELIMO passou a fazer parte do “Governo de Transição” que vigorou até a proclamação da independência em 25 de Junho de 1975, tendo-se constituído como governo da nova “nação”. Ainda em 1974, a FRELIMO decretou a constituição dos “Comités do Partido” nos locais de trabalho, de residência e em todos os sectores da vida económica e social. Estes Comités foram concebidos como órgãos de divulgação da ideologia política do movimento e órgãos de vigilância “contra as tentativas de sabotagem”⁷.

Com a proclamação da independência, a FRELIMO transformou os Comités do Partido em “Grupos Dinamizadores” que foram concebidos como estruturas político-administrativas do movimento e, conseqüentemente, do Estado e do governo uma vez que foi o único movimento a assumir o poder. Estas estruturas foram encaradas como mecanismos que levariam o povo a tomar o poder, ideia justificada pelo princípio de “democracia popular” no qual assentava a ideologia do partido Frelimo⁸.

A FRELIMO vai pretender transformar o novo país independente numa grande “zona libertada” que se associa à ideia de “homem novo”. Tratava-se do modelo supostamente trazido da experiência da guerra e que se procura generalizar por todo o país independente. O princípio baseava-se num esquema simples:

“Nós destruímos o sistema, destruímos essas estruturas e dissemos: zonas libertadas isto. Fora do controlo do inimigo, fora do sistema do inimigo. E criámos as nossas estruturas. Essas estruturas nasceram da prática, nasceram da realização diária das nossas tarefas (...) E temos sorte, porque as zonas libertadas são para nós, fonte de inspiração”⁹. (sublinhado nosso)

Samora Machel, na qualidade de primeiro presidente do novo país independente, realizou a primeira visita à província de Cabo Delgado, situada no Norte de Moçambique, em 1976, palco das principais confrontações militares durante a guerra. Nesta visita, ao passar por locais que durante a guerra estiveram sob influência das forças armadas portuguesas, vai

⁷ “Datas e Documentos da História da FRELIMO”, Imprensa Nacional, 1ª edição, Maputo, 1975, pp. 165.

⁸ “Documentos da 8ª Sessão do comité central da FRELIMO”, Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO, Maputo, 1976, pp. 51-52.

⁹ *Revista Tempo*, nº 308, Revista Especial, pg.24 a 25, Discurso de Samora Machel em Cabo Delgado.

dizer que a luta armada produziu o “homem novo” revolucionário e lamenta o facto da mesma ter terminado antes de se concluir o processo de transformação da sociedade. Na mesma ocasião afirma que:

“A guerra deveria ter durado muitos mais anos. Tinha sido possível eliminar a presença colonial da mente de muitas pessoas. Não aconteceu. E a alternativa pôe-se. Ou as pessoas assumem o combate interno ou passam para o lado do inimigo. Entre a revolução e a reacção não há meio-termo”¹⁰.

A definição do “inimigo” como sistema colonial e todas as formas de exploração foi construída inicialmente com vista a clarificar os objectivos dessa mesma luta e representava uma necessidade no sentido de colher apoios internos e externos. A frente de combate adoptada nos primeiros anos da independência vai ser a luta contra a “mentalidade colonial” e os antigos militares das forças armadas portuguesas assim como todos os que directamente participaram nas instituições e organismos da administração colonial no seu conjunto, os quais passaram a engrossar a categoria de “comprometidos” e “inimigos internos” a combater.

Referimos aqui uma entrevista de Samora Machel¹¹ à *Revista Tempo* em que procura esclarecer a definição do “inimigo interno” ao mesmo tempo justificar o conteúdo da expressão “a luta continua!” que passou a ser usada em todos os discursos oficiais dos novos dirigentes de Moçambique. Nesta entrevista afirma que a experiência da luta permitiu definir o inimigo como sistema colonial português e todas as formas de exploração e, derrubado o colonialismo, “inimigo” passou a significar o “imperialismo” representado na região pela Rodésia do Sul (Zimbabué) e pela África do Sul. Na mesma entrevista a luta armada é apresentada por Samora Machel como “laboratório” da criação da moçambicanidade e do “homem novo” revolucionário:

“Por isso dizemos que o processo começou com a luta armada que se transformou em guerra popular. Mais tarde, quando foram assumidos os aspectos ideológicos da guerra popular, ela transformou-se em guerra revolucionária. A guerra tinha-se transformado em revolução” (Ibid.).

¹⁰ “Discurso de Samora Machel em Nangade”, *Revista Tempo* (Revista Especial) dedicada a visita do presidente a Cabo Delgado, de 26 de Setembro de 1976, pg.3. Numa entrevista anterior a RT afirmou: “Eu gostaria que a guerra tivesse durado pelo menos 15 anos. Pelo menos 15 anos. Teria transformado todas as mentalidades. Já não digo 20. Todo o nosso país seria o que isto é (...) não tinha divergências, teríamos ganho a mesma experiência, a mesma visão, a mesma capacidade de analisar”. In *Revista Tempo*, nº 308, de 22 de Agosto de 1976. pp. 50.

¹¹ *Revista Tempo* nº 310, de 12 de Setembro de 1976, pp. 18 a 23.

Nos primeiros anos da independência, principalmente entre 1975 e 1977, ano da realização do III Congresso, e até aos primeiros anos da década 1980, o partido Frelimo¹² traçou como objectivo principal “destruir as estruturas coloniais” e “implantar novas estruturas” o que na prática significava a difusão da ideia de uma nova sociedade. A ideia de “escangalhar” a estrutura do aparelho do Estado colonial, destruir a “mentalidade colonial” e criar o “homem novo”, incorporava também o processo de integração da população que não tinha experimentado o contexto da guerra “revolucionária”.

Com estas estratégias pretendia-se transformar aqueles que não tinham participado na guerra e que eram considerados os representantes dos “valores” do colonialismo de modo a assumirem os novos valores da revolução. A partir do momento que são identificados como “colaboracionistas”, “comprometidos” ou “inimigos do povo” são colocados à margem da sociedade, vigiados os seus movimentos e posteriormente submetidos a processos de “reintegração” que assumiram características ritualizadas. As reuniões nas sedes dos Grupos Dinamizadores, apresentação em comícios populares como pessoas “purificadas”, exposição das fotografias e pequenas biografias nos “jornais do povo” das empresas e locais de habitação, conferências de imprensa¹³ de apresentação dos “purificados” e transformados em “homem novo” e que vão merecer destaques em órgãos de comunicação do Estado, como o Jornal Notícias, a Revista Tempo, o Jornal Domingo e a Rádio Moçambique, e os internamentos em “Campos de Reeducação”, entre outros actos públicos, são disso o exemplo.

Todo este processo culminou com a realização da “reunião dos comprometidos” em Maio e Junho de 1982 que foi antecedida por uma fase que ficou conhecida por “vigilância popular” que significava a responsabilização das populações na identificação e integração dos “traidores do povo” num novo contexto político e social. Sobre este processo falaremos no ponto seguinte, em que mostraremos que o mesmo assumiu a características de *ritos de passagem* (Van Gennep, 1978).

¹² Em 1977 a Frente de Libertação de Moçambique transformou em partido político Marxista-leninista.

¹³ Na *Revista Tempo* nº 292, de 9 de Maio de 1976, pp 39-43, aparece uma reportagem extensa da Conferência de Imprensa dada que serviu para apresentar João José Craveirinha Júnior como retornado do Campo de Reeducação. O visado afirma o seu arrependimento por ter desertado das fileiras da FRELIMO em 1972, o facto de se ter juntado aos “colonialistas” e de ter colaborado com a PIDE e faz grandes elogios ao processo de reeducação afirmando a sua importância na educação política.

Antes da reunião dos comprometidos tinha sido realizada a reunião com os antigos “presos políticos”. São aqueles que durante a guerra foram presos pela PIDE/DGS, uns por suspeita de actividades “clandestinas” de mobilização e recrutamento para a FRELIMO, outros apanhados tentando juntar-se à FRELIMO, e que foram torturados e alguns chegaram mesmo a morrer nas mãos da PIDE.

Quando chega a independência os presos políticos foram praticamente marginalizados, acusados de traição¹⁴ e submetidos ao processo de transformação que teve duas partes. Primeiro foi o julgamento público que decorreu em 1978 que juntou cerca de 300 presos políticos e onde “alguns são condenados à prisão domiciliária. E todos os outros, em que se incluíam destacados intelectuais, foram mandados reeducar, começando por fazer treino militar e sendo, depois, enviados separadamente para regiões longínquas” (in Mateus: 2006: 7-8).

Este constituiu mais um exemplo da forma como era feita a exclusão de certos grupos que não foram enquadrados no “mito da resistência anti-colonial” (Conceição, 2006:232). Segundo referiu o autor a exclusão e a discriminação de certas camadas era uma forma de impedir que o poder fosse parar nas mãos dos seus “antigos possuidores”, os portugueses e seus aliados (Ibid.).

Os treinos militares e o trabalho nas Aldeias Comuns foram encarados pela Frelimo como uma forma de dotar os presos políticos dos valores da revolução, ideia confirmada por Jorge Rebelo, dirigente destacado do partido Frelimo. Afirma que os presos políticos não podiam ser equiparados aos Guerrilheiros da FRELIMO uma vez que eles não passaram pela luta armada. Isto porque a “luta armada foi uma escola” e assim sendo os presos políticos por não terem passado por esta escola não seriam capazes de assumir a luta contra o “racismo”, contra a “exploração” e “da situação da mulher” (Mateus, 2006: 398).

¹⁴ Veja-se a forma como Marcelino Dos Santos, dirigente da Frelimo, fala dos Presos Políticos como traidores, como os “que tinham namoriscado com a PIDE” (Entrevista: In Mateus, 2006:461-468).

2. d) O exemplo dos “comprometidos”

A *reunião dos comprometidos* marcou o fim de um período de cerca de quatro anos em que pessoas categorizadas pelo partido Frelimo como inimigos do povo foram submetidas a um período de margem que durou quase 4 anos. Os contornos e a linguagem usada fazem-nos olhar para este processo em termos daquilo que Van Gennep (1978) designou por *ritos de passagem*. Este encontro representou o culminar do processo de (re)integração e de reconciliação da sociedade moçambicana, entre “compatriotas” e “traidores”, num momento em que era preciso prestar maior atenção aos novos inimigos: a guerra civil que tinha iniciado em 1977 e a confrontação com a África do Sul.

A obra de Van Gennep, *Os Ritos de Passagem* (1978), publicada pela primeira vez em 1909, continua a ser uma referência na definição e caracterização dos ritos de passagem. Van Gennep afirma que estes ritos acompanham todas as mudanças em termos de espaço, estatuto ou posição social do indivíduo, e têm como base a ruptura do indivíduo ou do grupo com a sua situação anterior, o que passa pela interiorização das normas e regras da sua nova situação.

O autor aponta três fases marcantes destes ritos: a separação, a transição ou liminaridade e a incorporação ou reintegração. Acontece que cada uma destas fases ganha uma importância relativa dependendo daquilo que uma determinada comunidade pretende valorizar ou celebrar num determinado momento do ciclo da vida. É o caso, por exemplo, da iniciação em que se valoriza mais a separação e a integração no novo grupo, no caso do luto valoriza-se mais a liminaridade, da qual os sobreviventes da morte entram mediante a separação e saem por reintegração.

O processo que aqui analisamos vem no âmbito da construção e difusão da identidade nacional em Moçambique. Grande parte dos discursos proferidos e das decisões que serão tomadas nos primeiros anos da independência estavam precisamente virados para a legitimação da construção desta mesma identidade e a dos seus protagonistas. José L. Cabaço (2004) descreve algumas práticas que vigoraram durante a guerra de 1964/74, no seio da Frente de Libertação de Moçambique, e que se assemelham ao tratamento dado aos *comprometidos*. A ideologia da *unidade*, muito cara ao movimento nacionalista, foi

difundida recorrendo a uma prática que o J.L. Cabaço designou por *ritual de narração de sofrimentos* com característica de *rito de passagem* (2004:241). Tratou-se de uma prática dirigida aos novos membros do movimento e destinava-se a responder a três funções: a) *construir a confiança através do controle vigilante do colectivo*; b) *criar uma relação de vulnerabilidade que estimulasse o desejo de se integrar no colectivo*; c) *reforçar a base sobre a qual se edifica a nova plataforma supra étnica e supra racista de identidade* (ibid. 241).

Deste modo o princípio da *unidade*, da *comunhão de sofrimento* ou *sofrimento comum*, e o *anti-colonialismo*, passaram a dominar os fundamentos da pertença à *moçambicanidade*. É por isso que, aos olhos do partido Frelimo, ganhou legitimidade a consideração de alguns grupos como “traidores” ou “comprometidos”, o que transmitia a ideia de impureza ou contaminação face ao processo revolucionário em curso.

A *libertação* ou *purificação* dos “traidores” feita através de actos públicos, com a finalidade de (re)integrá-los na nova sociedade em construção, caracterizou estes primeiros momentos da independência. Nestes actos, contrapõe-se a visão de autenticidade da moçambicanidade fundada no princípio de “sofrimento comum” à imputação de culpa a certos grupos de indivíduos tidos como promotores ou simples colaboradores do sofrimento do “povo”. Se é o sofrimento comum que está na origem da moçambicanidade e da legitimidade de representar o “povo”, àqueles que estiveram do lado oposto inicialmente não se lhes reconhece a legitimidade de gozar desta identidade.

Para além dos apelos que foram feitos no sentido do “povo” identificar e posteriormente denunciar os “colaboracionistas” e “comprometidos” do colonialismo português, houve três formas de integração ou punição destes grupos: 1) internamento em campos de reeducação (uma espécie de campos de concentração) onde os indivíduos entraram como “inimigos do povo” e saíram, após um processo de *limpeza*, como exemplo do “homem novo revolucionário, identificado com o povo” (Borges Coelho, 2003: 191); 2) sessões públicas de “purificação” dos “comprometidos”³⁾ “Reunião dos Comprometidos”, realizada entre Maio e Junho de 1982. As duas últimas modalidades complementaram-se e é sobre elas que iremos dedicar as nossas discussões.

Foram chamados para esta reunião aqueles que tinham sido membros da PIDE, da ANP, Tropas, Madrinhas de Guerra, OPVDC, Comandos, GE, GEP, Flechas, Administradores, Régulos, Sipaios, Agentes da Psicossocial, “membros de partidos fantoches”, membros da assembleia legislativa provincial¹⁵. O seguimento desta reunião teve outra finalidade. Ao reunir apenas com os Comandos, o partido Frelimo visava criar condições para a constituição de Tropas Especiais para combater os guerrilheiros da RENAMO numa altura que a guerra civil tendia a generalizar-se para todo o país¹⁶.

A fase da Separação

A separação consiste no afastamento do indivíduo ou do grupo do meio anterior ou o afastamento da sociedade. Pode ser um afastamento físico, como o que aconteceu com os internamentos em campos de reeducação, ou simplesmente um afastamento social por meio de um conjunto de rituais, prescrições, proibições e condições (Van Gennepe, 1978).

Aos *comprometidos* nega-se a qualidade de *povo*, de *camaradas* e de *compatriotas* que davam acesso à cidadania plena. Ser cidadão nestes primeiros momentos da independência passava necessariamente por ser aceite como membro do partido Frelimo, prática esta que tinha como propósito fazer passar a ideia de *comunhão* na qual se fundava o princípio da *unidade* e da identidade nacional ou do nacionalismo.

Estas acções começaram a ser tomadas depois da realização do III Congresso da Frente de Libertação de Moçambique, em Fevereiro 1977, no qual ficou decidida a transformação do movimento nacionalista em partido político de orientação marxista-leninista. Seguiu-se a “reestruturação” do novo partido que é lançada oficialmente em Fevereiro de 1978, acompanhada pela constituição das “organizações democráticas de massas”, de grupos de “vigilância popular”, e um conjunto de acções baptizadas por “vanguardas” ou “ofensivas”. Estas acções foram acompanhadas por um movimento denominado por “purificação das fileiras” que procurou isolar os chamados “comprometidos” ou “infiltrados”, isto é, *separar* aqueles que estavam supostamente “contaminados” pela ideologia colonialista.

¹⁵“Descolonização Mental: o nosso actual problema. Presidente Samora Machel na abertura da reunião com os comprometidos” In *Revista Tempo*, nº 606, de 23 de Maio de 1982, pp 28-33.

¹⁶ Em entrevista com ex-comando que participou na reunião dos comprometidos contou que a segunda reunião foi uma espécie de encontros entre “camaradas” de armas com Samora Machel a manter uma conversa cordial com os ex-Comandos.

Em 1978 os serviços secretos do Estado (Serviço Nacional de Segurança Popular - SNASP) iniciaram a formação de “grupos de vigilância” em locais de trabalho com o objectivo de detectar os novos inimigos¹⁷. O ano de 1978 foi dedicado exclusivamente à campanha de reestruturação do partido que terminou oficialmente com o comício popular realizado em Novembro do mesmo ano onde Samora Machel fez o balanço do processo e anunciou o início da “Campanha de Vigilância” de todos os “elementos comprometidos com o colonial-fascismo”¹⁸.

O que se seguiu foi uma acção generalizada de perseguição e controlo de todos aqueles a quem se suspeitava ou que se tinha a prova de sua participação nas estruturas políticas, administrativas ou militares da administração colonial portuguesa.

Pretendia-se com esta atitude levar os *comprometidos* a demonstrar publicamente o seu arrependimento como forma de se libertarem de prováveis chantagens, por parte dos antigos colonizadores, com base no seu passado (Borges Coelho, 2003: 191). O receio da FRELIMO era de que as forças “inimigas” pudessem usar estes elementos para espionagem ou actos de sabotagem.

A fase da Liminaridade

A liminaridade ou margem pressupõe um período de transição que antecipa a mudança de estatuto dos indivíduos e que é acompanhado por um conjunto de proibições, prescrições e condições. Espera-se que o indivíduo submetido a esta fase se distancie das regras do grupo anterior e aprenda as novas regras. É uma fase na qual o indivíduo ou grupo torna-se invisível no seio da estrutura social e é totalmente submisso à figura da autoridade (Van Gennep, 1978, Turner, 1974).

Os *comprometidos* foram submetidos a um período de margem de cerca de 4 anos durante o qual foram obrigados a afixar, em espaço público (no local de residência ou de trabalho), as suas fotografias acompanhadas por pequenas notas biográficas com a indicação da

¹⁷“Criação de Grupos de Vigilância nos órgãos centrais do Estado” In *Jornal Notícias*, de 15 de Novembro de 1978, pg.1.

¹⁸ “Listas de Elementos Comprometidos devem ser afixadas até ao dia 15 – Comunicado do Secretariado do CC da FRELIMO”, In *Jornal Notícias*, de 2 de Dezembro de 1978, pg.1.

instituição, do cargo e das tarefas que cada um tinha ocupado ou desempenhado durante a vigência do colonialismo.

O partido Frelimo justifica-se nesta acção com a necessidade de conhecer as pessoas para melhor controlar e submetê-las à sua autoridade. Foi estabelecido o prazo de 15 de Dezembro de 1978, para que todas as instituições do Estado, as empresas estatais e os bairros de residência, afixassem as fotografias e as biografias dos *comprometidos*.

Ao obrigar os *comprometidos* a reconhecer publicamente o seu passado de compromisso e a sua participação em actos que supostamente atentaram contra o “povo moçambicano”, pretendia-se promover a *libertação* da “carga impura que pesa sobre as suas consciências” (Samora Machel).

As pessoas submetidas na fase liminar podem ser consideradas perigosas do ponto de vista da manutenção da lei e ordem (Turner, 1978:5). Estes grupos eram considerados perigosos face ao processo revolucionário em curso e temia-se a possibilidade de *contaminarem* o resto da população. A sua impureza vinha do facto de terem estado do lado dos portugueses durante o período que durou a guerra, período considerado pelo partido Frelimo como crucial para a formação da identidade moçambicana.

Assistiu-se por isso à sua exclusão das forças armadas, das novas instituições criadas pelo novo poder, popularizadas como “organizações populares de massas”, e de quase toda a actividade política e administrativa. Não se lhes reconhecia legitimidade de ocupar cargos de chefia que eram reservados apenas aos “camaradas” representantes do povo.

Foi com o mesmo objectivo de *purificação* que foram criados os “Campos de Reeducação” cujo modelo procurou recriar as *zonas libertadas*, ao seguir o mesmo princípio de organização interna, no que se refere as formas de organização do trabalho, de distribuição do produto final, aulas de educação política, treino militar, etc. As pessoas que são mandadas para os *Campos de Reeducação* inicialmente serão os *comprometidos* e os *colaboracionistas* do colonialismo, entre os quais se destacaram os antigos militares, principalmente Comandos, GEs, Flechas e antigos agentes da PIDE/DGS.

Ao convocar a *reunião dos comprometidos*, num discurso proferido por ocasião da passagem de ano de 1981 para 1982, Samora Machel decretava, deste modo, o fim da

“ofensiva da legalidade” dedicada ao controlo dos *comprometidos*. O balanço e a análise divulgados na ocasião consideraram de positivo o desempenho dos indivíduos submetidos à “vigilância popular” e, como consequência, foi anunciado o fim da retratação pública e consequentemente a sua (re)integração nas estruturas da nova sociedade.

A fase da reintegração

A última fase dos *ritos de passagem* é onde os novos membros devem assimilar as regras da nova sociedade e a comunidade é comunicada sobre o novo estatuto dos indivíduos, o que normalmente acontece em cerimoniais públicos (Van Gennepe, 1978).

A *reunião dos comprometidos* surge para simbolizar o acto de *reintegração* de todos os *comprometidos* do país. A mesma teve duas fases: a primeira decorreu de 10 a 11 de Maio de 1982, tendo sido interrompida por questões de agenda de Samora Machel (Presidente da República), e a segunda fase decorreu entre 3 e 7 de Junho do mesmo ano.

O primeiro dia da reunião, foi dedicado ao diálogo com os ex-membros da ANP, o mesmo aconteceu no segundo dia, tendo no mesmo dia iniciado também a apresentação dos ex-agentes da PIDE. Os dois grupos foram os mais visados nesta reunião porque foram encarados como os “ideólogos” do sistema colonial. Em relação a ANP, porque era um partido político, os seus membros foram acusados de terem sido aqueles que divulgaram a ideologia colonial, enquanto que os agentes e informantes da PIDE foram acusados de colaborar na tortura do *povo*. Dos 7 dias dedicados à reunião, 5 foram para ouvir os agentes da ANP e da PIDE. Só ao sexto dia é que foram ouvidos alguns ex-Comandos, os GE e os GEP. Os militares das forças armadas portuguesas não foram chamadas para apresentação, enquanto que os Sipaios, as Madrinhas de Guerra, o Movimento Nacional Feminino e os OPVDC apenas foram chamados a desfilar no pódio no último dia do encontro¹⁹.

Aos *comprometidos* era solicitado a apresentação voluntária ao pódio. Já no pódio iniciava um diálogo com Samora Machel, em primeiro lugar apresentando os dados biográficos a começar pelo nome, a profissão, a morada, o estado civil, número de filhos. De seguida, tinham que narrar a história do envolvimento nas “estruturas coloniais”. Contra as expectativas dos líderes do partido Frelimo, alguns *comprometidos* apresentavam uma

¹⁹“Hoje na sessão de encerramento: comprometidos sugerem formas de reintegração”, *Jornal Notícias* de 7 de Junho de 1982, primeira página.

“narração de sofrimentos”, procurando rejeitar desta forma a acusação de traição a que lhes era dirigida. Esse tipo de depoimentos eram sistematicamente interrompidos por Samora Machel através de comentários ou perguntas de esclarecimento sempre que achava que o declarante não dizia a verdade ou tentava omitir alguns factos.

Durante a reunião, Samora Machel insistiu na ideia de que só falando frontalmente os indivíduos se libertariam dos seus “pesadelos e fantasmas” do passado de modo a serem considerados “autênticos compatriotas”. Desde o início do encontro e durante toda a reunião a pergunta que se ouvia frequentemente era: “*Comprometidos ou Compatriotas?*” e os presentes respondiam: “*Compatriotas*”.

Este acto ritual tem algumas semelhanças ao ritual cristão de penitência descrito por Van Genep (1978), que acontece quando um cristão procura voltar a integrar a comunidade de fiéis. Este acto contempla a confissão pública do penitente e deste modo a reintegração na comunidade de fiéis compreende, para além da exortação e oração de reconciliação, a imposição das mãos feita pelo bispo (90-91).

Samora Machel como autoridade máxima presidiu o encontro acompanhado por representantes de todas as instituições do Estado que se encontravam num patamar acima. Os *comprometidos* compunham a plateia e estavam dispostos em filas ladeadas por placas de identificação de cada grupo. Estas placas foram derrubadas no último dia do encontro como sinal de ruptura total com a identidade anterior e aceitação na nova sociedade.

Deste encontro as pessoas entraram como “comprometidos” e saíram como “compatriotas”. Durante a cerimónia os *comprometidos* foram ensinados a dar *vivas* ao partido Frelimo, foram ensinados a cantar as canções revolucionárias, a afirmar em coro que são *compatriotas*, e no último dia assinaram uma declaração de compromisso e de lealdade para com o partido e com o *povo*. Esta acção constituiu a última fase do processo, a assumpção colectiva da culpa da traição enquanto grupo. Foram alvo desta acção principalmente os ex-Comandos, ex-GEs, ex-GEPs, os ex-agentes da PIDE e membros da ANP.

Uma vez assumido o arrependimento face ao compromisso com o colonialismo, e perante a manifestação do “compromisso com a pátria”, Samora Machel mandou dizer em coro: “não há ANPs, não há PIDEs! /Somos todos moçambicanos! / Não há Comandos, não há

GEs! / Somos todos moçambicanos! / não há Movimento Nacional Feminino! / Não há Madrinhas de Guerra! / Somos todos moçambicanos!²⁰.

Depois destes actos cerimoniais, os *comprometidos*, ao serem aceites na comunidade dos *compatriotas*, conseqüentemente passaram à qualidade de membros do partido Frelimo. As ex-Madrinhas de Guerra e membros no Movimento Nacional Feminino seriam incorporadas na Organização da Mulher Moçambicana (OMM), braço feminino do partido, enquanto os antigos elementos da OPVDC foram incorporados nos grupos de vigilância civil e de combate à criminalidade urbana. Alguns Comandos foram seleccionados para a formação de forças especiais das Forças Populares de Libertação de Moçambique já num contexto de alastramento da guerra civil.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que estes ritos, tal como os praticados no decorrer da guerra, tinham a pretensão de transmitir aos novos membros os princípios da unidade, da comunhão e da ruptura com o colonialismo, que passaram a constituir os ideais da identidade nacional.

E tal como afirma Victor Turner, os ritos que marcam as crises sociais são necessariamente processuais (Turner, 1974). São orquestrados e dirigidos por instrutores adultos e autoridades que assumem a responsabilidade de fazer a mudança que representa os costumes estabelecidos (Turner, 1974 e Van Gennep, 1978).

O caso que acabamos de analisar vai ter a função muito importante de garantir a legitimidade da autoridade dos membros do partido Frelimo para conduzir o processo de construção da identidade nacional. Estes *ritos de passagem* tinham a função de transmitir os modelos aos “iniciados”. Os líderes do partido Frelimo personificaram a forma de vida do “homem novo” que devia ser transmitido à toda a sociedade e que constituiu a base do processo de transformação.

²⁰ “Já não há comprometidos, há moçambicanos” In *Jornal Noticias*, de 8 de Junho de 1982 página 1.

3. Os DFAs como estudo de caso

Referimo-nos acima que os DFAs surgem neste trabalho como exemplo de uma problemática mais complexa que cruza várias narrativas e que revela os conflitos que rodeiam a construção de uma identidade pensada em termos nacionais em Moçambique. A história dos DFAs em Moçambique, na singularidade de cada DFA e no conjunto dos elementos que constituem a Associação, cruza, por um lado, a produção de um discurso de pertença a uma nação em construção e, por outro lado, a “invenção” de um “povo” como condição para a construção de uma identidade nacional.

E quando falamos dos DFAs não é a afirmação do estado de *deficiência física* que conta mas a condição de *deficiente das forças armadas portuguesas*. Visto desta maneira a análise sugere o questionamento dos vários interesses em jogo quando este grupo decide assumir esta categorização. O que encontramos nos vários discursos, e que será discutido em pormenor nos capítulos que se seguem, é a afirmação de uma situação de DFA que apenas ganha sentido dentro da Associação. É a Associação que produz e difunde a ideia de um direito. Retiramos estas conclusões a partir da forma como os DFAs em Moçambique passaram a saber da existência do “direito” à reforma por parte de Portugal. Teria sido interessante para reforçar este argumento confrontar outros deficientes que ainda não ouviram falar da Associação, o que nesta fase do trabalho não foi possível.

3. a) Legislação e a formação da Associação

Acabámos de afirmar que não é possível falar dos DFAs em Moçambique fora da existência da Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique (ADFAPM). Por isso achamos relevante contextualizar as linhas gerais que caracterizaram o surgimento do movimento reivindicativo que deu origem à Associação tal como a conhecemos actualmente. Os dados sobre as reivindicações e a constituição da Associação baseiam-se em testemunhos orais.

A ADFAPM foi constituída em 1990 e formalmente reconhecida pelo Estado moçambicano em 1997. A ideia de constituir a Associação é atribuída, naquilo que chamaria de “mito de origem”, a um adido militar que esteve em funções na Embaixada de Portugal em Moçambique entre os anos 1980 e 1990. O surgimento da Associação em

1990 coincide com a aprovação da nova Constituição que introduziu a liberdade de associação.

Em 1975 encontravam-se formalmente reconhecidos como mutilados de guerra pelas autoridades portuguesas um total de 883 ex-combatentes. Destes, 148 já beneficiavam de pensão definitiva atribuída pela Caixa Geral de Aposentações e cerca de 400 beneficiavam de “pensão provisória”. As Pensões Provisórias eram pagas a partir do momento em que o militar era considerado incapaz de cumprir o serviço militar devido a doença, acidente ou ferimento contraídos ao serviço das forças armadas²¹.

Os dados sobre o número de mortos e feridos na guerra ainda não são consensuais e sobre as tropas recrutadas em África o que há são algumas aproximações e muita especulação por falta de estudos aprofundados, e principalmente por falta de dados, uma vez que as forças militares de recrutamento local assumiram contornos diversos, alguns dos quais fora do controlo do exército.

Segundo o levantamento feito por Luís Quintais morreram nos três teatros de operações, Angola, Guiné e Moçambique, 8 831 militares portugueses. Os feridos são estimados em cerca de 32 195 dos quais resultaram 4 418 deficientes e mutilados de guerra, para além do número estimado em cerca de 30 000 a 100 000 ex-combatentes que actualmente sofrem de stress de guerra (2000: 69).

Um outro levantamento feito por Rui Leandro A. da Costa Maia, que recorre também ao Estado-Maior-General, faz referência a cerca 30 000 feridos dos quais 20 000 deficientes e 5 120 com grau de deficiência de 60% (Costa Maia, 1998: 14). Regra geral estes números incluem também as forças de recrutamento local em África.

Humberto Fonseca Rodrigues é outro autor que aponta para um total de 25.000 ex-combatentes afectados por deficiências motoras, sensoriais e mentais. Em relação a Moçambique ele aponta para cerca de 1000 deficientes físicos (2000: 560-562).

O estatuto de DFA vai surgir no decorrer da guerra. Com o eclodir da guerra e o aumento de pessoas com deficiências resultantes da participação no conflito vão sendo aprovados

²¹“Gabinete do Adido de Defesa da Embaixada de Portugal em Moçambique: Lista de Deficientes das Forças Armadas Portuguesas”, (s/d) documento consultado na ADFAPM, Maputo em 22/04/2007.

alguns decretos que procuram garantir a assistência e reformas. Aconteceu em 1963, 1964, 1970, 1972 e 1973, onde, regra geral, a legislação procurou garantir as condições de assistência e de reforma. Em grande parte desta legislação o DFA foi equiparado ao funcionário público, beneficiando das mesmas condições de aposentação (Sertório, 2001).

Pelo Decreto-lei nº 210/73, de 9 de Maio de 1973, surge a primeira definição do DFA como sendo “o militar que, tendo combatido na guerra de África, apresentasse algum grau de incapacidade por ela causado ou agravado”. O mesmo decreto estabelece que os DFAs podem solicitar o reingresso em serviço activo desde que o requeiram no prazo de um ano a contar da vigência do diploma, voltando a ocupar o posto e lugar que tinham aquando da incorporação (Ibid. 221-222). É com base neste Decreto que os militares recrutados localmente para o exército regular passaram a beneficiar de assistência quando envolvidos em situações de acidentes que obrigavam o seu afastamento das fileiras militares.

Através do disposto neste decreto vai ser possível o reingresso por parte dos militares recrutados em Moçambique na actividade desempenhada antes da incorporação no serviço militar. Incluía-se também os casos de deficiência física que eram submetidos também a formações profissionalizantes. Quando chega a independência alguns deficientes físicos estavam integrados em vários serviços administrativos do Estado e em empresas privadas o que é comprovado pelo universo entrevistado onde quase todos eram funcionários do Estado na altura da independência. Os casos mais graves apenas beneficiavam da pensão.

A “conquista da adesão das populações” tinha resultado na massificação do ensino como parte das campanhas ideológicas de justificação da guerra. Também era interesse das chefias militares obter o “máximo aproveitamento” dos recrutamentos locais. É no âmbito da combinação destes aspectos que passou a ser prioridade o recrutamento de pessoas com a escolaridade preferencial de 4ª Classe.

Registada nos Acordos de Lusaka, assinados entre Portugal e a FRELIMO a 7 de Setembro de 1974 e que conduziram à proclamação da independência em 1975, fica a imposição da FRELIMO em dismantelar todas as unidades militares criadas em Moçambique, retirar as

tropas portuguesas até à véspera da proclamação da independência e desmobilizar as tropas de recrutamento local incorporadas nas forças armadas portuguesas²².

Do lado oposto, Portugal queria que o futuro governo de Moçambique integrasse, no seu futuro exército, parte dos homens de recrutamento local que estavam nas forças armadas portuguesas. A FRELIMO recusou, exigindo a sua desmobilização imediata e o desmantelamento de todas as forças militares, militarizadas e paramilitares que tinham sido constituídas durante os anos da guerra, alegando que elas faziam parte da máquina colonial que tinha que ser desmantelada (Borges Coelho, 2003. 190). Iniciava desta forma a qualificação destes grupos como “inimigo interno”, “colaboracionistas e comprometidos” com o colonialismo.

A FRELIMO apresentava muitos receios em relação aos efectivos que tinham pertencido às forças armadas portuguesas e principalmente em relação ao grupo de tropas especializadas como os Comandos, os Flechas, os GE e GEP. Havia o receio da “conspiração” ideológica e material que a tropa que serviu o exército inimigo pudesse exercer junto de um exército movido por ideais “de pureza revolucionária”, isto porque os guerrilheiros ocuparam um lugar de destaque no movimento. Rejeitou-se desde o início da guerra a separação entre políticos e militares, e por isso “as Forças populares de Libertação de Moçambique (FPLM) constituíam o último reduto de pureza revolucionária” (Borges Coelho, *idem*).

Seguiu-se um período de transição em que vigorou um “Governo de Transição” constituído por representantes da FRELIMO e de Portugal e uma “Comissão Militar Mista” com a responsabilidade de supervisionar a evacuação das forças armadas portuguesas, supervisionar o desarmamento das forças militares e militarizadas existentes, nomeadamente Grupos Especiais (GE), Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP), Flechas, Milícias, Guardas Civis, OPVDC, a desmobilização dos efectivos recrutados localmente e garantia da ordem pública²³.

²²“Acordo de Cessar-fogo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português” (Veloso, 2006: 277-280).

²³“Acordo de Cessar-fogo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português” (Veloso, 2006: 277-280).

A ideia que fica nos vários registos, quer dos DFAs quer de alguns membros da Frelimo²⁴, é de que a FRELIMO e Portugal acordaram que os DFAs seriam assistidos por Portugal enquanto fossem vivos.

Em referência ao período que se seguiu à independência, os DFAs falam do cancelamento da sua assistência em Moçambique e as razões estão relacionadas com o encerramento das Finanças das Forças Armadas como resultado do fim das actividades das Forças Armadas Portuguesas em no território moçambicano.

Devido a este cancelamento, ainda em 1975, grupos de Deficientes manifestaram-se junto da Embaixada e da casa do Embaixador de Portugal em Moçambique e reclamaram a falta de clareza em relação à sua situação e exigiram a reposição dos pagamentos ora cancelados²⁵.

O Governo de Moçambique foi chamado a intervir enviando inicialmente um corpo de polícia e mais tarde uma audiência solicitada pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros Joaquim Chissano, que propôs formas de resolução do problema, tendo apelado para a retirada dos deficientes da casa do Embaixador. A justificação apresentada por J.Chissano, segundo os DFAs, foi de que os deficientes eram cidadãos moçambicanos e por isso não podiam manifestar-se na casa do embaixador de Portugal. Na mesma ocasião Chissano terá afirmado a existência do acordo com Portugal para a assistência aos DFAs²⁶.

Como resultado destas manifestações iniciou-se o pagamento das Pensões pelo Ministério das Finanças de Moçambique. Portugal transferia para o Governo de Moçambique o correspondente ao pagamento das Pensões de acordo com os valores vigentes antes da independência e Moçambique pagava directamente aos DFAs recorrendo à tabela de pensões em vigor no país que tinham como base o salário mínimo nacional²⁷.

²⁴Conversa com Jacinto Veloso, membro e dirigente do partido Frelimo que participou nas negociações dos Acordos de Lusaka, foi várias vezes ministro tendo ocupado várias pastas, deputado, na área de cooperação. Disse não se recordar de nenhum acordo escrito mas confirmou que a FRELIMO exigiu que Portugal devia tomar conta daqueles que fizeram a sua tropa (entrevista no dia 04.06.2007).

²⁵ Não foi possível obter a confirmação da data de realização destas manifestações mas os DFA indicam o mês de Setembro de 1975, 3 meses depois da independência.

²⁶ Depoimento de um DFA.

²⁷ Entrevista com um DFA.

Antes do reinício do pagamento das Pensões, a Embaixada de Portugal já tinha adiantado um pagamento aos DFAs que participaram na manifestação. Os pagamentos foram feitos por meio de cheques em valores entre 24 Contos e 60 Contos²⁸.

A Pensão Provisória passou a ser paga inicialmente em Títulos passados pela Direcção Nacional do Tesouro do Estado no Ministério das Finanças de Moçambique que posteriormente eram trocados no Banco de Moçambique. Mais tarde os DFAs foram solicitados a abrir contas em bancos onde eram canalizados os referidos montantes. Esses pagamentos ainda estão em vigor para os deficientes que ainda não foram a Portugal e são feitos mensalmente no Ministério da Finanças de Moçambique.

Em Portugal, os mutilados de guerra constituíram a Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas (ADFA) a 14 de Maio de 1974 no meio de muitas reivindicações e manifestações públicas. Nos seus manifestos os membros da ADFA reclamaram uma maior responsabilização do Estado português na sua reabilitação e inserção social e denunciaram sobretudo marginalização na sociedade (Sertório, 2001: 220).

Depois da sua constituição e reconhecimento pelo Estado português, a ADFA vai fazer pressão junto ao mesmo, no sentido de maior reconhecimento dos deficientes das forças armadas. Devido a essa pressão, foi revogado Decreto-lei nº 210/73 e em seu lugar entrou em vigor o Decreto-lei nº 43/76, de 20 de Janeiro de 1976, que passou a considerar como DFA todos os militares que combateram no ultramar e outros que tenham sofrido acidentes em serviço equiparado e no qual o Estado assume a responsabilidade na sua reabilitação e integração²⁹. A partir do disposto na lei o Estado português passou a responsabilizar-se pela “reparação”, “reabilitação” e “assistência” aos cidadãos portugueses “que se sacrificaram pela pátria”. Só que esta Lei não faz nenhuma alusão aos ex-combatentes que ficaram em África.

Em 1982 Portugal aprovou o Decreto-lei no nº 348/82, de 3 de Setembro, que no artigo 1º estabelece o seguinte:

²⁸Idem, não foi possível confirmar esta informação. Alguns DFA dizem que a embaixada adiantou um valor correspondente a um ano de Pensões.

²⁹ Art. 1º, nº 2. “É considerado deficiente das forças armadas portuguesas o cidadão que: no cumprimento do serviço militar e na defesa dos interesses da Pátria adquiriu uma diminuição na capacidade geral de ganho”.

“Mantêm o direito às pensões de reforma e de invalidez os cidadãos nacionais dos países africanos de língua portuguesa que, enquanto nacionais portugueses, se incapacitaram ao serviço das forças armadas portuguesas e satisfaçam, conforme os casos, as disposições legais que regulamentavam para os cidadãos nacionais do recrutamento ultramarino, em idêntica situação, o direito às mesmas pensões”.

A justificação desta medida vem no preâmbulo da Lei que começa por lembrar que o Estatuto de Aposentação (Decreto-Lei n.º 498/72) prevê a extinção de aposentação no caso da perda da nacionalidade portuguesa mas, neste caso, abre-se uma excepção:

“por conta de acordos bilaterais com países africanos de língua portuguesa impõe-se ao Estado Português o pagamento de pensões de reforma, invalidez e preço de sangue a cidadãos, hoje estrangeiros, que fizeram parte das forças armadas portuguesas ou com estas colaboraram”.

Estamos perante o reconhecimento da existência de acordos entre Portugal e as ex-colónias para a assistência aos “deficientes”. O decreto prevê o estabelecimento de acordos bilaterais com os países africanos de língua portuguesa para a concretização desses pagamentos. Não foi possível encontrar um acordo escrito entre Portugal e Moçambique sobre a matéria. O DFAs também falam da recusa por parte do governo de Moçambique em estabelecer tal acordo, e tem sido esta justificação que eles usam para justificar o facto de terem que se submeter às regras dos organismos responsáveis pela atribuição de reformas aos cidadãos portugueses, o Estado-Maior Geral das Forças Armadas Portuguesas e a Caixa Geral de Aposentações, com a intermediação da ADFA.

Assim sendo, eles passam a beneficiar não do preconizado no decreto de 1982 mas sim do decreto de 1976 sobre a condição de DFA. Eles têm necessariamente que adquirir a nacionalidade portuguesa por naturalização, uma opção nem sempre pacífica entre os DFAs uma vez que confronta a construção da identidade nacional em Moçambique.

Vimos que em o contexto político não irá favorecer esta opção. Para o partido Frelimo, a independência significava a ruptura com a ordem colonial e a construção de uma nova sociedade. Os primeiros anos da independência foram marcados por acções que visavam reconciliar uma sociedade marcada por muitos conflitos que envolviam grupos sociais com interesses diversificados, aspectos raciais e tribais muitos deles manipulados durante anos pela administração colonial portuguesa.

A opção política assumida a partir de 1977, em que a FRELIMO de movimento nacionalista passou para partido Marxista-leninista, constituía a continuidade e o culminar das parcerias estabelecidas durante a guerra. Deste modo Moçambique entrou em confrontação directa com a Rodésia do Sul (Zimbabué) e a África do Sul que para além da tentativa de estabelecimento de um poder branco nos respectivos países estavam de certa forma associados o Ocidente. Por este motivo não irá constituir surpresa o facto do partido Frelimo definir o “capitalismo” e o “imperialismo” como inimigos e consequentemente os dois países vizinhos.

A partir deste posicionamento todos os países que representavam o capitalismo ficaram excluídos dos “amigos” de Moçambique. E, consequentemente, Portugal não representava o grupo de amigos quer devido ao passado recente de colonização quer pela sua associação ao capitalismo. E não convinha ao poder político ter Portugal como “amigo” uma vez que a ideologia destes primeiros anos era de ruptura com uma identidade portuguesa e a construção de uma identidade moçambicana singular.

Os primeiros moçambicanos na qualidade de “mutilados das forças armadas portuguesas” foram a Portugal entre 1982 e 1985 e regressaram 4 anos depois sendo portadores da nacionalidade portuguesa e como reformados do Estado português com direito a uma Pensão mensal. A permanência em Portugal por este período deveu-se a dois aspectos fundamentais: adquirir a nacionalidade portuguesa e a conclusão do processo de atribuição da reforma. O primeiro aspecto é fundamental para a classificação como DFA e consequentemente para a atribuição da Pensão Definitiva (reforma).

São vários os procedimentos requeridos em Portugal para os moçambicanos passarem a beneficiar da pensão definitiva, sendo o mais importante a aquisição da nacionalidade portuguesa. O Estado-Maior do Exército em Portugal, em colaboração com a ADFa, responsabiliza-se pela permanência dos DFAs em território português.

Os “regressados” passaram a ter encontros regulares no Bairro da Malhangalene em Maputo onde ficam situados os prédios da “Fundação Salazar” construídos durante o tempo da guerra para albergar os DFAs. Dum pequeno grupo saiu a ideia de criar uma associação igual à que tinham visto em Lisboa.

Contam os membros da associação que avançaram com a constituição da Associação que passou a denominar-se ADFA – Núcleo de Moçambique. Durante 6 anos a Associação funcionou sem reconhecimento legal por parte das autoridades moçambicanas. A opção pelo registo como uma associação moçambicana deveu-se ao não reconhecimento pela ADFA portuguesa como um núcleo legal. Os estatutos da ADFA não contemplavam ainda a existência de núcleos fora de Portugal.

Só depois da legalização da ADFA em Moçambique os DFAs conseguiram obter o reconhecimento como núcleo quando a ADFA alterou os seus estatutos devido a pressão exercida pela parte moçambicana. Tal como na ideia de constituir a Associação o reconhecimento pela ADFA como núcleo contou com apoio de alguns “amigos”³⁰. Nomes como Coronel Brás da Costa, General Victor Crespo e General Quiroga são mencionados constantemente no rol de pessoas que deram apoios³¹.

Enquanto Associação os DFAs iniciaram com a limpeza das campas dos soldados mortos em Moçambique que se encontram no cemitério “São Francisco Xavier” no centro da Cidade de Maputo.

Depois do reconhecimento como núcleo da ADFA começaram a receber apoios do Consulado e da Embaixada de Portugal em Moçambique. Foi com o apoio da Embaixada e do Consulado que conseguiram construir a actual sede da associação que fica localizada nas imediações dos prédios da “Fundação Salazar”. Contam que os terrenos para a construção da associação foram cedidos pelo então presidente Joaquim Chissano³².

O gabinete do Adido Militar da Embaixada de Portugal funciona como intermediário entre a ADFAPM e a ADFA na facilitação do envio dos expedientes. Mas o grande desafio da Associação é de enviar mais deficientes para Portugal. Até ao ano de 2006 tinham ido a Portugal cerca de 150 deficientes ex-combatentes das forças armadas portuguesas. Actualmente encontram-se em Portugal mais de 30 homens à espera de legalizar a sua situação, a maioria dos quais encontra-se hospedada no Regimento de Comunicações de Sapadores sob alçada directa da ADFA e do Estado-Maior do Exército³³.

³⁰Idem.

³¹Idem

³²Entrevista com DFA. Maputo 5 de Outubro de 2006.

³³Entrevista com DFA. Lisboa 14 de Julho de 2007.

Antes da existência legal da Associação, o processo iniciava apenas quando o DFA chegava a Portugal. Actualmente o processo inicia na ADFAPM e só depois é enviado para a ADFA em Lisboa. Em coordenação com o Consulado em Maputo tem início o processo de naturalização. Nas condições actuais os DFA já saem de Moçambique para Portugal com a nacionalidade portuguesa.

Como primeiro passo a pessoa tem que se tornar associado da ADFAPM. Este processo é feito mediante o preenchimento de uma ficha com os dados sobre o ano de recenseamento, o ano da incorporação, o número mecanográfico, a especialidade militar, o posto que ocupou enquanto militar, a companhia a que pertenceu e onde descreve o momento do acidente. Estes dados são confrontados com a lista dos “mutilados” existente na ADFA, proveniente do Gabinete do Adido Militar, que segundo consta foi entregue às autoridades moçambicanas em 1975³⁴.

De Maputo o processo segue para Lisboa e passa para a responsabilidade da ADFA. Daqui segue os procedimentos previstos para accionar o pagamento de pensões aos DFAs. Em Lisboa os DFAs ficam na responsabilidade do Estado português até a conclusão do processo quando, a Caixa Geral de Aposentações aprova a atribuição da Pensão Definitiva e dos respectivos retroactivos de acordo com o nível de desvalorização. Nota importante é que este processo não leva menos de 4 anos, havendo casos que demorou mais de 6 anos.

3. b) Percursos individuais: reviver a relação colónia/nação

A propósito das narrações de carácter biográfico, Pierre Bourdieu refere que os agentes constroem uma narrativa que procura dar sentido, conferir razão, destacar uma lógica ao mesmo tempo “retrospectiva” e “prospectiva”. Esta narrativa constitui-se também como uma consistência que estabelece relações inteligíveis em etapas que traduzem uma progressão justificada dos acontecimentos da vida. Isto significa *“uma propensão do inquirido para se transformar no ideólogo da sua própria vida seleccionando, em função*

³⁴ Esta lista não contém data. Em contacto com o Gabinete do Adido Militar na embaixada de Portugal em Maputo não foi possível confirmar a data da elaboração do documento. Mas os DFA confirmam que o documento foi entregue em Setembro de 1975.

de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões de molde a justificar a sua existência e a conferir-lhes coerência...” (1997:54).

Os depoimentos dos DFAs traduzem e transportam a história recente de Moçambique desde o fim da colonização, o esforço empreendido no sentido de definir os contornos de uma identidade nacional e os conflitos que acompanharam este processo. Na “invenção” da identidade nacional em Moçambique destaca-se o apelo para a ruptura com qualquer referência ao antigo colonizador e o desafio de estabelecer critérios de inclusão o que consequentemente criou critérios de exclusão.

Para além da importância metodológica que as narrações biográficas e as histórias orais traduzem neste trabalho elas também contêm aspectos relevantes do contexto histórico, social e político vivido em Moçambique nos últimos 30 ou 40 anos. Para a sua análise identificamos um conjunto de três aspectos interrelacionados: 1) a consciência de direito de ser assistido por Portugal na qualidade de DFA; 2) a forma como os DFAs assumem esta categoria num contexto de radicalização do discurso de “resistência anti-colonial”; 3) a questão da nacionalidade ou da identidade nacional.

Estes três aspectos cruzam-se constantemente nos discursos e nas acções dos DFAs quando têm que reclamar a assistência junto de Portugal. Primeiro que tudo assumem que são deficientes das forças armadas portuguesas o que permite reclamar o direito de serem assistidos por Portugal. A reclamação desse direito presume a aquisição da nacionalidade portuguesa. É esta complexidade que iremos discutir nesta parte do trabalho.

Neste trabalho assumimos que a condição de DFA, porque contempla a necessidade de naturalização à cidadania portuguesa, exige um posicionamento face a identidade nacional em Moçambique, a moçambicanidade.

A formulação de Bourdieu leva-nos a colocar a seguinte questão: *como é que os DFAs se posicionam perante esta possibilidade?* Os DFA's definem-se biograficamente com base em alguns pontos que passamos a resumir.

i) Uma incorporação obrigatória e compulsiva

Nós lutamos, pegamos em armas directamente e lutamos. Matamos os moçambicanos porque o governo português obrigou-nos a fazer isso. Nós fomos obrigados, quer dizer, nós não entramos naquela tropa porque queríamos. Era a lei, era a lei do governo porque isso se dizia assim: “Moçambique é Portugal porque Portugal é Moçambique”. Então chegava a altura e cada um tinha que cumprir o seu dever: ir para a tropa que é para depois ter emprego, porque uma pessoa que não fosse militar não tinha acesso ao emprego. Está a perceber?³⁵

Os DFAs, quando solicitados a contar as suas experiências de vida em Moçambique (percursos biográficos), apresentam uma narrativa com a seguinte estrutura: *a)* descrição do momento da incorporação ou recrutamento para o serviço militar; *b)* descrição do momento do acidente e a saída das forças armadas; *c)* a independência e a integração na nova sociedade; e *d)* descrição do momento da viagem para Portugal e o regresso a Moçambique. Este último aspecto é referido pelos DFAs que se encontram com a situação “regularizada”, isto é, aqueles que já recebem as pensões e assistência médica directamente de Portugal. Para os DFAs que ainda não têm a situação regularizada a narração vem terminar no esforço para ir a Portugal ou a permanência em Portugal para os que ainda aqui estão.

A maior parte dos deficientes com quem contactamos foi incorporada entre 1969 e 1971, período em que se verificou o aumento do número de recrutamentos, que coincide também com a intensificação da guerra e consequentemente das baixas militares. A abertura, pela FRELIMO, da frente a Sul do Rio Zambeze, e a necessidade de protecção de Cahora Bassa por parte do exército português, são dois factores que contribuíram para o extensão dos cenários dos combates para uma zona que partia de Cabo-Delgado, passando por Niassa e Tete e que, em finais de 1973 e início de 1974, já incluía Zambézia, Manica e Sofala.

O início da narração pelo momento de recrutamento não aparece ao acaso. Com esta estratégia de contextualização procuram sempre demonstrar que o serviço militar era obrigatório e compulsivo. E fazem isto narrando os sonhos e os projectos de formação interrompidos pela incorporação militar.

Eles procuram sempre justificar a sua participação nas forças armadas portuguesas mesmo nos casos em que não era solicitada ao longo da entrevista. Todos os DFAs contactados afirmam que foram incorporados de forma compulsiva o que é visível nas afirmações

³⁵ Entrevista com um DFA, Lisboa, Janeiro de 2007.

como: “Éramos jovens e tínhamos que cumprir o dever” e “nós lutamos através da obrigação de Salazar, não foi da nossa livre vontade”.

Em toda esta descrição, quando se referem às forças armadas portuguesas, usam o termo “tropa colonial”. Desta forma procuram vincar que a sua situação era semelhante a qualquer indivíduo a viver em Moçambique na mesma época.

ii) Combater para Sobreviver

A descrição da trajetória individual procura sempre vincar a “lealdade” perante Moçambique tentando contrapor qualquer acusação de “traição à pátria”, a começar pela referência ao serviço militar obrigatório que já referimos acima. Quando questionados sobre o facto de terem combatido contra a “FRELIMO” os DFAs respondem dizendo que a disciplina militar obrigava a cumprir ordens:

“Quando dizem dispara para esquerda tem que disparar e se disserem dispara para a direita ou para cima tem que obedecer”³⁶.

Mas afirmam também que combater constituía uma questão de sobrevivência numa situação de guerra.

iii) Diminuídos fisicamente a defender a bandeira portuguesa

Ora, disse que existem de facto muitas pessoas que lutaram, que defenderam a bandeira portuguesa ou que sofreram na defesa da mesma bandeira em Moçambique. Sim senhor, existem. Muita! Nós que conseguimos vir para cá somos poucos, não somos nada, somos muito poucos. A guerra colonial, meu filho, não chegou no Sul, nem na Beira, nem Zambézia chegou³⁷.

Os DFAs reclamam o direito de serem assistidos por Portugal recorrendo ao discurso manipulado durante a guerra por este país. Afirmam que foram sofrerem acidentes a defender a bandeira portuguesa e que cumpriram um serviço militar obrigatório, que significava o cumprimento de um dever imposto por um Estado aos seus cidadãos. E neste discurso vão buscar os vários decretos já referidos que instituíram a categoria de DFA onde

³⁶ Entrevista com um DFA. Maputo, 13 e 17 de Março de 2007.

³⁷ Entrevista com um DFA, Lisboa, Janeiro de 2007.

o Estado português assume a responsabilidade de “reparar” e “integrar” socialmente todos aqueles que ficaram incapacitados ao serviço das forças armadas e da nação.

Mas também recorrem a uma deontologia e “moral” militar dizendo:

“Quem recruta os homens para as forças armadas deve assumir a responsabilidade da sua assistência quando estes são feridos”³⁸.

iv) Acima de tudo Moçambicanos

“Nós somos portugueses por acidente. A minha nacionalidade portuguesa é acidental só serve para resolver problemas de deficiência”³⁹.

Reclamar o direito de serem assistidos por Portugal para os DFAs não significa querer ser português, tal como afirmou um dos entrevistados: “quando vou a Lisboa não quer dizer que penso como colonialista ou que sou português”.

A questão da nacionalidade não é problematizada pelos DFAs no sentido em que não aceitam que a sua “moçambicanidade” sejam posta em causa. Os DFAs colocam-se numa situação de vítimas quanto à questão da nacionalidade. Primeiro dizem que não foi por vontade própria que participaram na guerra como militares das forças armadas portuguesas. Eles justificam-se dizendo que só adquirem nacionalidade portuguesa porque não lhes resta outra opção para a sua assistência.

Neste último ponto acusam a FRELIMO, governo e Estado, de ter dificultado os acordos com Portugal previstos no decreto de 1982. Acusam também a mesma FRELIMO de os ter “jogado” nos braços de Portugal ao não aceitar assumir a responsabilidade da sua assistência na altura da independência. A FRELIMO é acusada também de ter exigido de Portugal a assistência aos DFAs e de seguida dificultar o cumprimento do mesmo acordo. Nos primeiros anos da independência aparece como tendo dificultado a ida dos DFAs a Portugal e nos últimos anos é acusada de não aceitar assinar acordos bilaterais com Portugal que eliminariam a necessidade de adquirir a nacionalidade portuguesa.

³⁸Entrevista com um DFA, Maputo, Março de 2007.

³⁹Entrevista com um DFA, Maputo, Setembro de 2007.

E Portugal aparece nos discursos como culpado do facto dos DFAs terem que adquirir a nacionalidade portuguesa e porque abandonou “os seus deficientes” em 1975 sem deixar mecanismos de assistência.

A nacionalidade portuguesa surge como algo imposto (antes pela colonização e depois pela necessidade de beneficiar de um direito) e a nacionalidade moçambicana é assumida pelos DFAs como algo inerente a própria existência (natural) o que é expresso com frases do tipo:

“Sempre fui moçambicano”, “a nacionalidade portuguesa é acidental”, “nunca deixei de ser moçambicano”, “em 1975 e mesmo antes da independência tive oportunidades de ir para Portugal mas fiz a opção de ficar em Moçambique porque Portugal não representava nada, nunca tinha lá estado, minha terra é esta”⁴⁰.

Os DFAs manifestam receios em assumir publicamente a nacionalidade portuguesa e recorrem ao discurso de “sofrimento mútuo” que constituiu o discurso oficial do movimento nacionalista como condição da moçambicanidade.

Nos dois casos, os DFAs revelam a influência do processo de “ideologização” levado a cabo pelo partido Frelimo no esforço de “construção” da nação depois da independência, ao mesmo tempo que transportam consigo os conflitos prevaletentes sobre a (i)legitimidade da sua moçambicanidade. Trata-se daquilo que Rafael da Conceição chamou de “mito da resistência anti-colonial” que deu origem à exclusão e discriminação de certas camadas ou grupos de cidadãos (Conceição, 2006:232). No que se refere aos DFAs estes serão afectados pela demarcação de fronteiras entre “*camaradas*”/“*comprometidos*”, “*revolucionários*”/“*inimigos do povo*”, “*(com)patriotas*”/“*reaccionários*” ou “*traidores*”, etc., que prevaleceu nos primeiros anos da independência até meados dos anos 1980 e que simbolicamente foi eliminada dos discursos oficiais com a realização da “reunião dos comprometidos”.

O modelo ou esquema que os DFAs usam para reclamar ou afirmar a moçambicanidade é o mesmo modelo usado pelo movimento nacionalista (FRELIMO). Este esquema afirma que Portugal colonizou Moçambique durante 500 anos e durante este período subjugou o “povo”, política, social, económica e militarmente.

⁴⁰ Entrevista com um DFA. Maputo, 8 de Março de 2007.

O movimento nacionalista constrói uma “historiografia oficial da resistência” à ocupação portuguesa cujo apogeu é atingido com a constituição da Frente de Libertação de Moçambique em 1962, o qual desencadeou uma “luta armada de libertação nacional” que deu origem à independência nacional em 1975. Desta forma a FRELIMO privilegia “certos povos, certas regiões, certos factos, certos períodos da história, certas problemáticas” no acto de estabelecer os critérios da moçambicanidade (Conceição, 2006:233).

Nas suas narrações biográficas, os DFAs procuram mostrar que foram subjugados pelas leis do Estado colonialista que instituiu um serviço militar obrigatório e compulsivo, do qual só escapou quem conseguiu fugir para o Tanganhica (Tanzânia), onde se encontrava instalada a FRELIMO, e defendem-se dizendo que nem todos podiam fugir devido as acções da PIDE/DGS. Por exemplo, esta afirmação é o exemplo daquilo que os DFAs apresentam como justificação da sua participação nas forças armadas portuguesas:

“Eu nunca fui inimigo do povo. Nós fomos apanhados pelo sistema. O presidente Samora definiu bem quem é o inimigo. Mesmo aqueles brancos não eram inimigos. Inimigo era o sistema colonial. Eu fui cumprir o meu dever de cidadão. Quem era eu naquela altura. Quem ele era naquela altura. Todos nós éramos do sistema colonial. Fui cumprir o serviço militar obrigatório”⁴¹.

v) DFAs apenas no espaço da Associação. Portugueses apenas em Portugal

Neste ponto a referência principal são os primeiros anos da independência e o momento em que cada DFA tomou conhecimento da possibilidade de assistência em Portugal. Aqui, alguns DFAs fazem referência aos acordos de Lusaka e os compromissos assumidos para a sua assistência. Esta referência aparece mais naqueles DFAs que estão ligados aos órgãos sociais da Associação.

É no âmbito da Associação (ADFAPM) que se estabelecem os critérios e as normas de actuação e se cria também a consciência de reclamação do direito de serem assistidos por Portugal. Para isso contam as reuniões realizadas no último sábado de cada mês. Nestas reuniões, actualizam-se os aspectos relativos à condição de DFA e do relacionamento com Portugal, são apresentados os novos associados, e definem-se os princípios de actuação.

⁴¹ Entrevista realizada no dia 2 de Março em Maputo.

Foi no âmbito da Associação que ficou definido que nenhum associado deveria assumir a nacionalidade portuguesa estando em Moçambique.

O estatuto de Deficiente das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique ganha sentido não a nível individual. A sua legitimidade é buscada no âmbito da ADFAPM, que constitui o centro de convergência de todos os que se acham nesta qualidade. Exceptuando os primeiros deficientes que foram a Portugal nos anos 80, digamos por “conta própria”, todos os restantes só tomaram conhecimento de que podiam ir a Portugal quando entraram em contacto com os membros da Associação.

A narrativa sobre os primeiros anos da independência procura insistir nas dificuldades sofridas pelos “membros fundadores” da Associação e “pioneiros” das viagens para Portugal. Para este caso é preciso referir que foram muito poucos os DFAs que viajaram para Portugal até meados dos anos 1990. Só nos finais dos anos 1990 e início de 2000 é que a ida dos DFAs a Portugal se tornou mais significativa.

Os “pioneiros” apresentam um percurso que revela contactos com antigos companheiros das forças armadas portuguesas e com alguns dirigentes do partido Frelimo. Falam do papel decisivo de Joaquim Chissano, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, como aquele que facilitou a ida a Portugal. É Chissano que aparece também como o responsável pelas negociações com Portugal para a assistência aos DFAs depois da independência.

A narração das dificuldades criadas pelo partido Frelimo revela posicionamentos políticos. Os DFAs acusam os dirigentes do movimento nacionalista de serem contraditórios ao assinarem um acordo que de seguida dificultam o seu cumprimento. O exemplo deste depoimento pode ajudar a captar o alcance desse posicionamento:

O acordo foi assinado a quente. A seguir as pessoas começaram a fazer análises. Queriam saber porquê queríamos ser portugueses. As coisas eram vistas ao pormenor. Quando vinham do mato diziam que éramos colonialistas e que ainda pensamos nos portugueses. Não é como esta Frelimo de hoje...⁴²

A trajectória apresentada por cada DFA é de uma vida profissional normal depois da independência, tendo trabalhado maioritariamente nas empresas do Estado ou em serviços

⁴² Entrevista com um DFA. Maputo, 26 de Fevereiro de 2007.

públicos. Alguns abandonaram o trabalho apenas quando conseguiram ter a “situação regularizada”. Há no entanto um caso registado de um DFA que, apesar de ter a situação regularizada, continua ligado ao serviço do Estado aguardando pela reforma. Alguns DFAs já se encontram na qualidade de reformados do Estado moçambicano e agora tentam a todo o custo conseguir receber a pensão de Portugal.

O que acontece com a maior parte dos DFAs é a duplicação da reforma. Para a reforma em Moçambique, é contabilizado o tempo passado nas Forças Armadas Portuguesas. A esta reforma do Estado moçambicano junta-se a do Estado português na qualidade de DFA. Isto permite aos DFAs ter uma situação monetária privilegiada.

Em todas estas acções destaca-se o “culto de segredo” (Conceição, 2006) na medida em que mesmo aqueles que têm a “situação regularizada” nunca manifestam a sua nacionalidade portuguesa em Moçambique. Para todos os efeitos, eles (re)afirmam a sua moçambicanidade. E como dizia um dos informantes, eles são portugueses quando estão no espaço da Associação, onde têm a bandeira portuguesa hasteada e, quando saem, são todos moçambicanos.

O que acabamos de referir sugere a manipulação de uma condição de DFA apenas quando os ex-combatentes das forças armadas portuguesas ficam a saber da possibilidade de assistência. Grande parte dos DFAs cuja deficiência não impede o exercício de outras actividades profissionais apresenta um percurso em que não há referência a nenhuma perseguição ou dificuldades de enquadramento na sociedade moçambicana do período que se seguiu à independência. Um dos DFAs chegou mesmo a afirmar:

“Sabia há muito tempo (do direito de assistência) mas em algum momento as coisas ficaram estagnadas. Tinha meios de subsistência e não fazia grande questão de andar atrás do processo. Uma coisa é saber que tem direito e pensar que não havia possibilidades. Mas quando surge a associação...nunca soube que a pensão ia me fazer viver como faz hoje se não tinha lutado por isso”.

Houve no entanto alguns casos de DFA que foram submetidos à “vigilância popular” tendo sido obrigados a afixar as suas biografias e a participar na “Reunião dos Comprometidos”. Neste caso, tratou-se de dois ex-Comandos. Fora destes casos, apenas algumas referências a dificuldades na promoção profissional nas empresas ou a dificuldade de obter

documentos para viajar a Portugal. Já fizemos referência a este último caso que ocorreu nos primeiros anos da independência e é mencionado maioritariamente pelos “pioneiros”.

As reuniões da Associação são um momento decisivo para esta “mentalização”. Tivemos a oportunidade de presenciar algumas destas reuniões. Nelas participam os DFAs, na sua maioria aqueles que ainda procuram regularizar a sua condição de DFA; algumas viúvas de DFAs; e esposas e filhas de DFAs impossibilitados de se deslocarem à Associação por motivos de doença.

vi) Os aspectos excluídos dos discursos dos DFAs

Este extracto de uma entrevista com um DFA revela alguns aspectos da vida dos DFAs que estão para além dos depoimentos politicamente correctos:

Houve uma polémica em Moçambique, não sei se acompanhou? A polémica envolveu a de filha do X⁴³. Num ano que houve um concurso de cantores portugueses ela veio cá (Portugal) cantar. Há dois anos quando ela participou num concurso para cantores moçambicanos em Moçambique perguntaram ao pai: “afinal quantas cores tem a sua filha?” “Então quando houve o concurso lá em Portugal a senhora foi cantar Portugal. Como é, ela é moçambicana ou portuguesa? Quantas nacionalidades tem ela?” Eh pá, o pai teve que recolher aqui algumas certidões de algumas pessoas, sem dizer nada, que era para chegar lá e dizer que não, não sou eu sozinho, somos muitos nesta situação mas somos obrigados a fazer isto para termos o nosso direito. Então a coisa ali parece que abafou. Mas eu sei que existem problemas por causa desta nossa nacionalidade⁴⁴.

Apesar do “culto de segredo” relativamente à condição de DFA, há no entanto aspectos que surgiram em conversas informais e que revelam o aspecto desejado da situação de DFA. São mencionados casos de DFAs que foram a Portugal para regularizar a sua situação e nunca mais regressaram a Moçambique. Os aspectos imediatamente desejados, que decorrem da condição de DFA, são os benefícios imediatos em termos monetários que são óptimos para quem vive em Moçambique.

⁴³ Procuramos preservar a privacidade das pessoas visadas porque o assunto nos pareceu muito sensível. Entrevistamos por diversas vezes a pessoa visada neste depoimento e em nenhum momento mencionou este acontecimento.

⁴⁴ Entrevista com um DFA, Lisboa Janeiro de 2006.

Por exemplo, um DFA disse que a decisão tomada pela FRELIMO de responsabilizar Portugal pela sua assistência foi acertada. A justificação tem em conta os valores que são pagos actualmente como pensões mensais (uma média de 1000 euros mensais) que variam de acordo com o nível de desvalorização física:

É o dinheiro que está em causa e as histórias contadas por aqueles que regressam. Voltamos de lá “pequenos burgueses” (SIC). Conheço alguém que foi a Lisboa e recebeu na altura cerca de 21 mil escudos que agora seriam cento e tal mil euros⁴⁵.

A própria nacionalidade portuguesa apresentada nos discursos apenas como necessidade administrativa é também vantajosa. Quer em Moçambique, porque passam a pertencer à “comunidade portuguesa”, com vantagens como a isenção na educação dos filhos na “Escola Portuguesa” ou mesmo o simples facto de participar em banquetes nas comemorações de eventos oficiais:

“Eu vou a qualquer sítio, posso ir à escola portuguesa, às festas na embaixada comer e beber”⁴⁶.

Por outro lado, para os DFA's, a cidadania portuguesa é vantajosa porque:

O assunto da nacionalidade para nós foi tratado no Tribunal Constitucional (em Portugal) que num acórdão considerou que exigir a nacionalidade para os ex-combatentes da “tropa colonial” era inconstitucional. Isto é verdade porque eu nunca pedi para deixar de ser português o que aconteceu foi uma decisão política. Nunca me perguntaram se eu queria ou não ser moçambicano. Aparentemente conceder a pensão sem exigir a nacionalidade é benéfico mas a pessoa deixa de usufruir de muitas vantagens. Deixamos de beneficiar das vantagens de ser cidadãos portugueses. Por exemplo se Eu precisar de comprar casa e mobilar em Portugal posso fazer. Tenho direito ao crédito no banco e sou descontado directamente na Caixa Geral de Aposentações. Em caso de doença contacto o hospital da Estrela e tenho direito a ser assistido em Portugal com a passagem paga de Maputo/Lisboa/Maputo⁴⁷.

Mas também a possibilidade da nacionalidade poder passar para os filhos é muito usada pelos DFAs.

A própria Associação, que surge como o espaço de construção e legitimação da categoria de DFA, está marcada por lutas de poder. As últimas eleições ocorridas em Setembro de

⁴⁵ Entrevista com um DFA, Maputo, 26 de Fevereiro de 2007.

⁴⁶ Entrevista com um DFA, Maputo em 27 de Setembro de 2006.

⁴⁷ Idem.

2006 foram marcadas por polémicas que levaram à exclusão do direito de voto dos DFAs sem situação regularizada, o que tem sido motivo de polémicas e de polarizações.

A luta pelo poder na Associação assume também aspectos que revelam alguns conflitos prevaletentes na sociedade moçambicana, tal como a polarização entre o Norte e o Sul:

Até aqui tivemos dois presidentes mas tivemos 3 mandatos. No primeiro mandato o actual presidente era vice-presidente. No segundo mandato o actual presidente foi afastado. E no terceiro mandato este afastou o outro (primeiro presidente da associação). O actual presidente é do Norte e o anterior era do Sul por isso não se davam. A associação sofreu de “tribalismo”. A associação formaliza-se em Maputo e as províncias do Centro/Norte não sabiam. Para eu saber da existência da associação vim cá a Maputo visitar a minha mulher que estava na faculdade e encontrei as pessoas que estão na associação que me trouxeram para aqui e explicaram-me como se faz para ser membro. No norte é onde há mais deficientes enquanto que no Sul há mais benefícios⁴⁸.

⁴⁸Entrevista a um DFA, Maputo 26 de Fevereiro de 2007.

4. Os DFAs na primeira pessoa

Nesta parte do trabalho vamos apresentar extractos de algumas entrevistas. A sua apresentação nesta parte do trabalho tem a ver com uma razão factual, no sentido em que há aspectos que ninguém consegue expressar melhor do que os próprios DFAs.

A apresentação destes extractos é orientada, na sua grande parte, pelo esquema analítico apresentado acima que se baseia nos seguintes aspectos: 1) a consciência de direito de assistência por Portugal na qualidade de DFA; 2) a forma como os DFAs assumem esta categoria num contexto de radicalização do discurso de “resistência anti-colonial”; 3) a questão da nacionalidade ou da identidade nacional.

Nome: Gabriel

Local da entrevista: Maputo

Data: Setembro de 2006

Ano de incorporado: 1969, Escola de Aplicação Militar de Boane na 2ª Companhia de Instrução Básica

O convívio com os soldados provenientes da metrópole e as acções da PIDE:

Na tropa havia muito sofrimento mas por outro lado havia muita solidariedade entre militares negros e militares brancos que vinham maioritariamente da metrópole. Combati e no meu grupo não sofreu ninguém em combate. Não se falava muito da FRELIMO apenas dizia-se que eram “terroristas”, os “Turras”. Tínhamos que combater porque era uma questão de sobrevivência e se não combatêssemos podíamos morrer. Antes da tropa já sabíamos da existência da FRELIMO, ouvíamos a rádio da Tanzânia durante a noite. Quando morreu Eduardo Mondlane eu estava em Boane e em todas as unidades da escola de aplicação militar falou-se da morte do presidente da FRELIMO.

Na Companhia estávamos cercados de aldeamentos e não havia possibilidade de a FRELIMO penetrar. As missões eram feitas sem aviso prévio. Estava muito bem organizado, também estavam constantemente elementos da PIDE que passavam

regularmente pela Companhia e nós só víamos pessoas estranhas e logo sabíamos que eram os tipos da PIDE.

Depois da independência e os primeiros contactos com Portugal

Todo o processo foi tratado por conta dos próprios deficientes, o Estado moçambicano lavou as mãos e as coisas funcionavam graças aos contactos pessoais. Por exemplo eu consegui passaporte graças ao Director Nacional da Migração.

Porque os deficientes que se encontravam nas ex-colónias continuavam abandonados então na altura quando Joaquim Chissano era ministro dos negócios estrangeiros, os deficientes reivindicaram a assistência e marcharam para a embaixada portuguesa.

A mim quem me incentivou a ir a Portugal foi um senhor chamado João Nevesse que na altura era Director dos Serviços Consulares no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique. Quando trabalhei na Mabor conheci a esposa dele e nos tornamos amigos. Ia muitas vezes a sua casa, ele na altura trabalhava directamente com Chissano. Então disse-me que o nosso problema não seria resolvido cá que era melhor ir a Portugal.

Como foram vistos pelo Governo de Moçambique quando iniciaram as vossas reivindicações?

Nunca tivemos nenhum problema com o governo. O problema do deficiente vem tratado nos Acordos de Lusaka só que durante muito tempo os dois governos não trataram do assunto. Como pode ver o assunto estava previsto antes da independência. As pensões são pagas pelo Ministério das Finanças de Moçambique sob a rubrica “Contas com Portugal”. O grande problema é que as pensões pagas cá não são actualizadas e têm como base o salário mínimo nacional.

Qual a necessidade de ir a Portugal para regularizar as pensões?

Moçambique desleixou-se razão pela qual os deficientes têm de recorrer a Portugal. Tomamos este exemplo: os portugueses não se esqueceram das suas ex-colónias. Em 1982 foi aprovado o Decreto 348/82 que estabelece que os militares que morreram durante a guerra são considerados portugueses incluindo os seus descendentes desde que os acordos sejam estabelecidos com os países de origem. O decreto fala dos mortos. Os vivos são cobertos pelos acordos de Lusaka. O governo de Moçambique nunca fez uso destes acordos em benefício dos deficientes aí a razão de os deficientes terem que recorrer a Portugal.

O outro problema é que os portugueses nunca podem pagar a um estrangeiro porque estariam a pagar mercenários. Para o deficiente moçambicano beneficiar das pensões as autoridades portuguesas exigem a nacionalidade portuguesa. Os processos para obtenção da pensão são morosos. Não levam menos de dois anos. É preciso provar que é você mesmo e que participou no exército português. Depois segue a atribuição da nacionalidade que também leva seu tempo. Os moçambicanos que partem para Portugal têm apoio da ADFA que assegura a questão logística junto do governo português.

E o que dizer sobre a nacionalidade portuguesa uma vez que em Moçambique nunca foi permitido ter dupla nacionalidade?

Nunca tive problemas de nacionalidade em Moçambique. Houve pessoas que foram a Portugal e voltaram com nacionalidade e exibiram. Houve algumas pessoas que foram mandadas embora de Moçambique porque queriam ser adidos. São pessoas naturais de Moçambique que depois da independência optaram pela nacionalidade portuguesa e se inscreveram como cooperantes e com isso prejudicavam o país porque recebiam em divisas.

Nós somos portugueses por acidente. A minha nacionalidade portuguesa é acidental, só serve para resolver problemas de deficiência. Aqui tenho o meu BI (bilhete de identidade) moçambicano e não tenho problemas. Se é para estar na bicha sou moçambicano. O meu documento português começa no Aeroporto da Portela. Tenho alguns benefícios, por exemplo, quando chego ao aeroporto vou

para a bicha dos nacionais e passo. Sempre que viajo a Portugal vou com visto de entrada e não tenho passaporte português. Esta é a política dos associados. Houve associados que foram a Portugal e voltaram com DIRE e hoje não conseguem ter benefícios de Moçambique. Alguns colegas foram a Portugal tratar a documentação e de volta ao país pediram DIRE e os homens do SNASP sabiam de tudo e iam sempre chateá-los até que fugiram. Hoje graças a revolução da Renamo as pessoas já aparecem a exibir a nacionalidade mas *ontem não era assim*.

Nome: Valente

Local da entrevista: Maputo

Data: Março de 2007

Data da incorporação: 1971, 4º Curso de Comandos Montepuéz, Cabo Delgado

Os primeiros anos da independência:

Quando chega o governo da FRELIMO tínhamos combatido do lado oposto. Moçambicanos que éramos e ainda somos não coubemos nas estruturas da FRELIMO. Quanto a Portugal, eles não nos deram oportunidade de ir com eles, não nos perguntaram se queríamos ir com eles ou não porque alguns teriam ido.

Em 1978 fui obrigado afixar a minha biografia no “jornal do povo” da minha empresa. Depois de 3 anos com a minha fotografia e biografia no “Jornal do Povo” fui considerado purificado (SIC) e de seguida fui integrado nas estruturas do partido (Frelimo) e por vontade própria integrei-me na organização dos trabalhadores (Organização dos Trabalhadores Moçambicanos - OTM). Particpei também na “Reunião dos “Comprometidos” em 1982.

Agora Portugal diz: “vocês não quiseram vir”. A FRELIMO tinha os seus homens e Portugal é que devia tomar conta de nós. Quando saíram não nos deixaram com ninguém, não houve mecanismos legais de assistência. Eu tive ajuda da Tudor, pessoalmente não tinha condições de comprar próteses e não falo de outras pessoas que estão espalhadas por vários sítios desde Cabo Delgado até aqui.

Era preciso travar muitas lutas e com a FRELIMO nem pensar, não temos tido tratamento devido do governo de Moçambique mas eles também têm os seus homens e nós somos moçambicanos só que algumas pessoas não entendem assim.

A viagem para Portugal e as dificuldades encontradas

Em Lisboa aproveitamos o momento em que começou a limitação do número de jogadores estrangeiros que deviam militar nas equipas da Comunidade Europeia. Para resolver o problema eram atribuídos a nacionalidade dos países onde jogavam e em pouco tempo. Nós dissemos a eles (SEF): “se a estes (jogadores) vocês atribuem nacionalidade em pouco tempo só para jogar futebol e a nós que dizem que temos pleno direito porque combatemos pela pátria, como é que não temos direito à nacionalidade em pouco tempo?” E aí eles não podiam fazer nada a não ser acelerar o nosso processo.

Quando querem justificar a demora (na atribuição da nacionalidade e da pensão) dizem que nós perdemos a nacionalidade por força da lei e dizem que Moçambique não subscreveu o acordo e criam-nos muitas dificuldades. Veja o exemplo dos franceses, dos ingleses e dos alemães, esses todos estão a tratar bem dos seus deficientes. Na Argélia os franceses construíram um bairro para os seus deficientes, disseram que estes combateram pela pátria por isso merecem ser bem tratados. Não encontras deficientes em Paris como encontras em Lisboa e não há imposição para ter nacionalidade.

A questão da nacionalidade:

Quando os primeiros adquiriram a nacionalidade tinham medo que o SNASP os prendesse. Quando fui a Lisboa fui com um grupo de 25 pessoas que passaram de mutilados de guerra para DFA's.

Tudo tem a ver com a forma como Portugal encara a nossa situação. Do lado de cá também não há colaboração, isto por politiquices devíamos ter do lado do governo moçambicano alguém que colaborasse porque é para beneficiar Moçambique. Tentamos trabalhar com várias instituições como o Ministério da Mulher e Acção Social, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Defesa só que todos ainda nos olham como inimigos do passado, ainda somos tratados como

traidores. O ano passado fomos falar com o ministro da defesa, Tobias Dai e com a ministra da Acção Social, a Matabele, que nos recebeu apenas porque nos confundiu com a ADEMO (Associação dos Deficientes de Moçambique). No ministério da defesa chegamos às 14horas e só fomos recebidos às 18horas. Nós não pedimos grande coisa ao governo moçambicano, queremos assinatura de acordos bilaterais.

Nome: Ernesto

Local da entrevista: Lisboa

Data: Janeiro de 2007

Data da incorporação: 1965 Centro de Preparação Militar de Boane

Você já leu os livros da 5ª classe e da 6ª classe? Diz-se que o colonialista foi vencido no campo de batalha. Ora bem, analisando bem esta parte, para mim não para todos, é uma grande falsidade. Uma falsidade porque se o colonialista foi vencido como é que surge o acordo em Lusaka? Foi vencido no campo da batalha mas há um Acordo de Lusaka e as escolas continuam a leccionar naquelas condições. Isso digo porque já discuti com algumas crianças, eu disse que isso para mim não corresponde a realidade porque quando um homem é vencido esse homem corre, não há acordo.

O ponto de partida para assistência em Portugal:

... a nossa vinda para cá, há-de ser difícil descobrir o caderno onde vem o Acordo entre FRELIMO e Portugal. A FRELIMO perguntou: “como é que vamos fazer com os homens que tiveram acidente do lado dos portugueses a defender a bandeira portuguesa?” Então ali houve uma grande discussão e Mário Soares acabou aceitando que esses homens que sofreram do lado dos portugueses vamos tratá-los e a coisa acabou aí: “vamos tratá-los”.

O exército português preparou as suas malas e veio para cá e nós ficamos lá. Ora, por termos ficado lá o caminho já ficou fechado para vir para Portugal. Porque sabe

meu filho que nós atravessamos uma fase do comunismo na África, aliás em Moçambique, você é que sabe isso e eu não sei.

Então naquela altura ninguém podia atrever-se a dizer: “estou a pedir passaporte para ir para Portugal afim de ir tratar questões da minha saúde porque esta deficiência contraí-a durante o cumprimento do serviço militar obrigatório no exército português”.

Um direito negado pela FRELIMO quando assumiu o poder depois da independência:

Nós outros estávamos fechados, estávamos à espera que a Frelimo haveria de nos ajudar mas aos poucos fomos abrindo os olhos e vimos que a Frelimo não tinha nada connosco, não podia nos ajudar em nada e uma das coisas que levou a chegar à conclusão de que a Frelimo não nos iria ajudar foi quando nós tentamos reivindicar aquelas casas que estão em volta do próprio núcleo de Maputo, porque aquelas casas são da “Fundação Salazar” portanto, Salazar construiu aquelas casas para os seus deficientes, os deficientes da guerra colonial por parte do exército português. Então o presidente (Joaquim Chissano antigo presidente de Moçambique que cessou funções em 2004) disse que havia de mandar uma comissão para avaliar o processo uma vez que a devolução das casas seria impossível porque as casas foram nacionalizadas e a nacionalização é uma lei, ninguém pode alterar aquela lei.

As dificuldades criadas pela Frelimo:

Nós na parte da Frelimo somos inimigos do povo. Nós lutamos, pegamos em armas directamente e lutamos. Matamos os moçambicanos porque o governo português obrigou-nos a fazer isso. Nós fomos obrigados, quer dizer, nós não entramos naquela tropa porque queríamos. Era a lei, era a lei do governo porque isso se dizia assim: “Moçambique é Portugal porque Portugal é Moçambique”. Então chegava a altura e cada um tinha que cumprir o seu dever: ir para a tropa que é para depois ter emprego porque uma pessoa que não fosse militar não tinha acesso ao emprego. Está a perceber?

Fale-me dos primeiros que vieram cá, foi numa altura em que era complicado sair do país por causa da dificuldade em obter o passaporte. Como é que foi para essas pessoas terem adquirido a nacionalidade portuguesa no seu regresso a Moçambique?

Cá (Portugal) eles não tiveram problemas da nacionalidade, quando chegaram cá readquiriram a nacionalidade portuguesa porque o tempo ainda permitia readquirir a nacionalidade portuguesa.

Qual é o tempo estipulado para se readquirir a nacionalidade?

Quer dizer, como eles vieram nos anos oitenta e pouco, quando chegaram disseram que vocês com base na lei só podem readquirir a vossa nacionalidade, quer dizer, a mesma nacionalidade portuguesa que tinham quando lutaram é a mesma que voltaram a ser atribuídos. Então aqui há segredo já, há um segredo já que tem que conhecer bem. O segredo é este: a pessoa quando leva daqui os documentos com nacionalidade portuguesa não é para exibir em Moçambique. Quando chega em Moçambique arquiva aquilo ali. Tanto mais que muita gente viaja com passaporte moçambicano.

Porque você quando vem para cá pede visto com o passaporte moçambicano. Quando chega aqui não vai formar bicha como aquelas pessoas que chegam a Portugal pela primeira vez vai à bicha dos portugueses tira o BI porque vem para sua terra. Depois quando volta, à saída usa o passaporte moçambicano e quando chega apresenta passaporte moçambicano. É assim que eles trabalham porque essa coisa de nacionalidade portuguesa é só para obter este direito, não é para a pessoa mudar a sua nacionalidade, como é que você vai mudar a nacionalidade, você é moçambicano, vai deixar de ser moçambicano!? Quer dizer, é uma coisa que a gente não pode alterar, está assim, está assim e temos que cumprir mas não é porque estamos a gostar

Refere-se ao facto de adquirir a nacionalidade portuguesa?

Não é do gosto das pessoas...

Está a dizer-me que adquirem a nacionalidade apenas para beneficiar da assistência?

É a única cláusula que existe para poder chegar a beneficiar das Pensões. Fora disso você não pode fazer nada!

Esse processo está a ser pacífico da parte das autoridades moçambicanas? Disse-me há pouco que o governo não quer estabelecer acordos bilaterais com Portugal para o processo ser tratado em Moçambique. Com isso quer dizer que o governo de Moçambique sabe da vossa vinda para cá?

Chissano não tem nada a ver. Não procura saber, por isso tudo quanto fazemos quando estamos naquela associação, por isso que içamos a bandeira portuguesa, ali podemos falar de tudo. Depois de sair dali você não pode falar nada. Ali podemos falar tudo aquilo que diz respeito à nossa deficiência, sobre quem pode reparar os danos nos nossos corpos, podemos falar tudo, lutar para a pessoa vir para Portugal, podemos falar estando ali não há problema.

Entrevistado: José

Local da entrevista: Maputo

Data: 26 de Fevereiro de 2007

Data de incorporação: 1971, Centro de Preparação de Quadros em Boane e Escola de Comandos em Montepuéz.

A experiência da Guerra:

Vocês que não viveram com o colonialismo estão bem. Primeiro porque alguém vê que a pessoa está a te desprezar e de seguida manda-te para a guerra para matar teus irmãos. Estive num quartel em que na proximidade estava a se erguer uma ponte. Havia pessoas da minha terra que trabalhavam na ponte e como vinham de longe dormiam ali mesmo. Eu sou de Zumbo. Um dia rebentou uma mina bem próximo da ponte. O Capitão prendeu todas as pessoas acusando-as de saber quem havia colocado a mina. Eram seis pessoas. Imagina aquele calor de 45 graus de Tete e o Capitão mandou-os tirar as camisas, colocou rolos de arame farpado sobre as suas cabeças e obrigou-os a caminhar em volta do quartel das 6 horas ao meio-dia sem comer. Depois disso foram amarrados a uma árvore para dormir. Não comeram

nem beberam. No dia seguinte estavam mortos. Você não podia dizer nada porque diziam que tem ideias da FRELIMO e logo mandavam-te para PIDE.

Mandei uma carta para um padre a quem dava informações sobre as movimentações da FRELIMO a contar todas estas coisas. Para não ser apanhado pela PIDE mandei via aerograma porque era a única carta que a PIDE não abria porque dizia que eram coisas de militares. A FRELIMO estava a fazer bom trabalho para o povo e eu lutava contra a Frelimo mas dava informações ao padre.

Outra situação aconteceu com um senhor de Quelimane. Apareceu a dizer que sabia onde era a base da FRELIMO. O meu pelotão foi destacado para lá. Andámos tanto que ficámos cansados e não conseguíamos encontrar a base. O comandante não podia voltar com o guia e dizer que não encontrou a base. Pediu alguém com coragem para fuzilar o guia e escolheu um Cabo preto para matar o seu irmão, ao menos se fosse um branco. Mas Deus é grande esse cabo ficou maluco depois da tropa. A FRELIMO estava a fazer o bem para o povo.

Na entrevista anterior referiu que em 1975 Portugal deu um prazo de 90 dias para as pessoas se pronunciarem sobre a escolha da nacionalidade portuguesa. Disse-me também que por medo não se declararam portugueses. Pode me referir de onde vinha esse medo?

Com a Frelimo aqui a dizer que estamos a expulsar colonialistas e nós a dizermos que queremos ser portugueses haviam de dizer que somos saudosistas e gostamos dos colonialistas e seríamos expulsos.

A vossa assistência foi acordada entre a FRELIMO e Portugal. Como explica esta dificuldade imposta pela FRELIMO depois da independência?

O acordo foi assinado a quente. A seguir as pessoas começaram a fazer análises. Queriam saber a razão de querermos ser portugueses. As coisas eram vistas ao pormenor. Quando vinham do mato diziam que éramos colonialistas e que ainda pensamos nos portugueses. Não é como esta Frelimo de hoje. Por isso as primeiras

peças foram a Portugal por conta própria. Veja o caso do presidente que teve que pedir a intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros que disse: “deixem esta gente tratar das suas vidas”. Foi falta de compreensão do motivo da nossa ida a Portugal pelas pessoas de frente. Veja só que as pessoas que estão na linha da frente não compreenderam a vantagem de nós irmos a Portugal. Nós recebemos em Euros e esse dinheiro vem para Moçambique. São divisas que entram no país. Somos cerca de 800 pessoas. Imagina essas todas pessoas com a situação regularizada quanto dinheiro entraria no país?

Os problemas com a nacionalidade portuguesa em Moçambique:

Quando vou a Lisboa não quer dizer que penso como colonialista ou que sou português. Recebo uma pensão de Portugal no valor de 40 milhões de Meticals (aproximadamente 1200Euros). Eu posso exigir 40 milhões ao Governo de Moçambique? A associação quando teve autorização para existir foi autorizada a tratar do processo de aquisição de nacionalidade. A partir do momento em que a associação foi legalizada nós passamos a ser autorizados a ter dupla nacionalidade antes de qualquer outro cidadão moçambicano. Passamos oficialmente a não ter problema de dupla nacionalidade.

O Acordo entre a FRELIMO e Portugal:

Penso que a Frelimo teve visão. Quem faz o recrutamento militar deve reparar os danos causados aos seus soldados. Isso também traz benefícios para Moçambique e para os deficientes. Nas discussões de Lusaka foram homens de visão no futuro porque seriam encargos para a Frelimo.

Os primeiros anos da independência em Moçambique:

Nós estávamos entre a espada e a parede, não podíamos reclamar. Ficamos sem amparo. Nos acordos Portugal devia tomar conta de nós. Acontece que Portugal foi embora e nós ficamos abandonados. Havia duas qualidades de abandonados. Primeiro aqueles cujos processos tinham passado pelo Quartel-General em

Nampula e depois tinham seguimento nas Finanças, esses recebiam pensões Extraordinárias ou Provisórias. Haviam outros que ainda estavam no hospital militar cujos processos ainda não estavam feitos, esses tiveram azar. Nós ainda tínhamos alguma consolação. Quando chega a independência os primeiros constavam das finanças do Estado com a indicação do valor a receber. Os segundos que por azar ainda não tinham completado o processo não recebiam nada porque as finanças não podiam inventar.

Entrevistado: Júlio

Local da entrevista: Maputo

Data: 8 de Março de 2007

Data de incorporação: Setembro de 1966, Escola de Aplicação Militar de Moçambique, Boane.

Afirma que a independência foi uma coisa boa para todos mas foram cometidos muitos erros. Pode mencionar alguns?

Eu sou um dos prejudicados. Enquanto fui director houve cursos oferecidos pelos parceiros de cooperação e sempre me candidatei mas nunca tive uma resposta positiva, umas 5 a 6 vezes.

Se eu estivesse em Portugal estaria bem. O meu posto em Portugal é de Tenente mas pagam-me a pensão como Alferes e ainda não me pagaram os retroactivos da mudança de patente. Se eu tenho optado em ir para lá a minha situação tinha sido melhor em termos militares, em termos académicos e sociais”

A questão da nacionalidade:

Em 1975 e mesmo antes da independência tive oportunidades de ir para Portugal mas fiz a opção de ficar em Moçambique porque Portugal não representava nada, nunca tinha lá estado, minha terra é esta. Enquanto estive na tropa tive oportunidades de ir passar férias em Portugal, desde que fosse num avião militar. Mas nunca me chamou atenção mesmo quando funcionário depois de 4 ou 6 anos tinha uma Licença Graciosa que devia passar em Portugal mas nunca fui.

Sobre o direito de assistência por Portugal:

Perante a lei (moçambicana) não é sancionada a pessoa que tenha dupla nacionalidade só que não pode ser invocada a outra nacionalidade perante as autoridades moçambicanas. É uma lei hipócrita, falso patriotismo, porque Moçambique foi tradicionalmente um país de exportação da mão-de-obra para a RSA e isso constitui sempre uma fonte de receita e seria de bom grado se estes trabalhadores tivessem a possibilidade de adquirir outra nacionalidade porque isso traria vantagens a eles e o país não perderia divisas.

Terá sofrido alguma situação menos boa por ter sido tropa colonial?

Não, os que sofreram são aquelas pessoas que foram Comandos, Grupos de Voluntários, os OPVs. Inclusive o presidente (Samora Moisés Machel) fez um comício com os comandos onde fez muitas críticas. As tropas normais não sofreram nada até eu que fui oficial poderia ter sofrido uma vez que se podia pensar que instrumentalizei as pessoas, tinha poder de influenciar as pessoas.

Mas academicamente podemos perguntar: participamos na tropa colonial, mas que alternativas tínhamos? Mas também de quem é a culpa o facto da informação não ter chegado a toda a gente? As tropas normais não sofreram perseguições. É claro que houve exageros. Mas conheço pessoas que fizeram a tropa colonial que hoje continuam nas forças de segurança.

Entrevistado: Amaro

Local da entrevista: Maputo

Data: 6 de Março de 2007

Data da Incorporação: 1969 – Boane

Os primeiros anos da independência:

Chega a independência e as coisas mudaram, já não tínhamos assistência no Hospital Militar. Não éramos assistidos porque houve um acordo em que Portugal

devia se responsabilizar pelas suas tropas feridas. Quando fossemos ao hospital a resposta que recebíamos era de que quem devia nos tratar era Portugal porque fomos tropa colonial. Na altura também não era possível ir a Portugal, as coisas estavam quentes.

Ida a Portugal:

Nunca houve uma proibição tácita para a ida a Portugal apenas era o medo nas pessoas que pensavam: uma vez ter sido tropa colonial e digo que vou a Portugal vão pensar que sou colonialista, era a psicologia.

Considera-se inimigo do povo?

Se estou aqui é porque há uma necessidade de eu cá estar. Nem todos pudemos fugir para Tanzânia. Enquanto estive cá tinha que cumprir com o meu dever. No início da independência foi difícil, foi uma fase. As pessoas foram habituando, agora somos amigos, até a Renamo e a Frelimo agora se abraçam. Algumas pessoas passaram mal, PIDE, FLECHAS e COMANDOS. São estas pessoas que foram obrigadas a se retratar em público e isso não acontecia com a tropa normal.

Entrevistado: Jacob

Local da entrevista: Maputo

Data: 29 de Maio de 2007

Data de incorporação: 26 de Fevereiro de 1966 em Boane

Os primeiros anos da independência:

Depois da independência era conhecido como antigo militar e não tive problemas nenhuns. Pelo contrário, no tempo colonial fui aconselhado por um amigo que era da PIDE a tirar a barba porque alguém podia confundir-me com Samora Machel e ser chamado ao interrogatório.

Quando ficou a saber que tinha direito a assistência em Portugal?

Fiquei a saber depois da criação da ADFAPM e integrei-me em 1997 como membro.

Como ficou a saber da existência da ADFAPM?

Alguém informou-me, aliás foi a minha filha. O Mate vivia perto da minha sograria e a minha filha ouviu falar da associação dos deficientes das forças armadas portuguesas veio falar comigo. Antes disso não sabia que tinha direito a alguma assistência. Fui falar com o senhor J. Manhula e com o Gabriel.

5. Conclusão: Biografia, Memória e Identidade

Chegados aqui resta-nos tecer algumas considerações finais sobre as discussões que acabamos de fazer. As identidades, sejam elas individuais ou colectivas, constituem-se num quadro de relações sociais que requer o reconhecimento das semelhanças e das diferenças. A identidade nacional é um tipo de identidade colectiva que implica uma consciência de comunidade política. Sugere, por outro lado, a existência de um espaço social, território demarcado e limitado com o qual os seus membros se identificam e ao qual afirmam pertencer (Smith, 1997: 21-22).

Esta identificação com o território é muitas vezes, se não sempre, mediada pelo nacionalismo. O nacionalismo fornece a base para a existência das nações e os critérios formais que definem a própria identidade nacional. Desta forma, este surge como um aspecto incontornável quando se procura perceber os fundamentos da identidade nacional. Mas isso não explica a totalidade das dinâmicas que levam os indivíduos e os grupos a se identificarem com a nação.

Joanna Davdson (2003), reflectindo sobre o contexto da Guiné-bissau e da África Ocidental no seu todo, refere-se a forma como o local de nascimento foi usado num passado muito recente para estabelecer os critérios de autenticidade e de legitimidade face a identidade nacional. Uma proposta de emenda constitucional apresentada em 1999 e que foi retomada em 2001, na Guiné-Bissau, conhecida por “artigo quinto”, que procurou estabelecer como critério de candidatura à presidência da república e para o preenchimento dos cargos na hierarquia governamental e estatal, o local de nascimento, isto é, a proposta ia no sentido de só admitir o preenchimento desses cargos apenas a cidadãos nascidos nos limites do território da Guiné-Bissau. O mesmo exemplo ocorreu na Costa de Marfim em que um candidato foi impedido de concorrer nas eleições presidenciais por ter nascido na Burkna Faso.

Com base nestes exemplos a autora conclui que o estabelecimento da relação entre território nacional e identidade requer um trabalho imaginativo. Neste processo, o local de nascimento é apenas usado quando a referência é a dimensão nacional e não local e, deste modo, a estipulação do local de nascimento tem a pretensão de juntar a identidade e o território (Davdson, 2003). Benedict Anderson (1991) já havia mostrado que na

legitimação dos nacionalismos modernos está presente a ligação do indivíduo com o local de nascimento.

O que a análise de Joanna Davdson nos sugere é a questão da territorialização da identidade nacional. Ela afirma que a *unidade nacional* assenta na historicidade do território e na territorialização da história (Davdson, 2003: 43). O mesmo é referido por Severino Ngoenha ao falar da *moçambicanidade* como uma identidade política territorializada e histórica (Goenha, 1998: 28).

A outra noção que nos interessa para complementar o raciocínio que temos vindo a seguir é a de “moçambicanização” que, para Elísio Macamo, diz respeito a forma como os indivíduos negociam com o meio social e imaginam a noção de Moçambique (Macamo, 1998: 59-60). Refere-se a negociação de significados (Bhabha, 1994) que dão sentido à moçambicanidade.

Este processo é mediado pela memória. A memória inscreve-se dentro de um determinado território com história específica, onde se inscrevem os outros elementos que integram essa identidade tais como a língua, a economia, a moeda, etc., (Sobral, 2006). É a memória que cria a noção de continuidade entre o passado e o presente, e é esta noção de continuidade no tempo vazio e imemorial que constitui a base da existência de uma nação.

A memória ou memória social foi definida por Paul Connerton (1993), seguindo as formulações feitas por Maurice Halbwachs, como sendo a forma como as nossas recordações do passado influenciam o presente, isto é, refere-se a forma como as imagens e as vivências do passado, legitimam uma ordem social presente, transmitida sob a forma de narrativas. É uma formulação que vai ao encontro da “invenção das tradições” (Hobsbawm e Ranger, 1984), vista enquanto conjunto de práticas simbólicas que servem para transmitir esta ideia de continuidade com o passado.

Deste modo, voltamos à questão colocada no início: *o que significa ser moçambicano para os DFAs?* Os discursos dos DFAs constituem uma avaliação dos contextos que servem para dar sentido da sua identidade. Trata-se de um momento de (auto)reflexão que revela muitos dos acontecimentos que ocorreram nos últimos anos da colonização e nos primeiros anos da independência, e é também um momento de posicionamento perante as várias possibilidades de categorização.

Começemos por olhar para a questão de ser DFA. *Como é que ela é vivida e confrontada com a moçambicanidade?* Notámos que os DFAs assumem esta categoria apenas no momento em que tomam conhecimento da possibilidade de beneficiar de uma reforma que é paga pelo Estado português. A partir do momento em que os DFAs entram em contacto com esta informação, recuperam um estatuto, uma categorização e uma identidade que durante muito tempo ficaram escondidos. Tivemos casos de pessoas que passaram cerca de 30 anos sem nunca manifestarem a sua deficiência e partir do momento em que passaram a estabelecer contactos com a Associação, produziram um discurso que apela para a sua deficiência.

Por exemplo, quando falam da sua participação nas forças armadas portuguesas como resultado de uma obrigação e coerção da parte do poder colonial, entram em contradição com o outro argumento que eles apresentam, quando falam do mesmo processo como cumprimento de um dever. Ao falar de cumprimento de um dever significa que eles se identificam com os valores vigentes na época. Mas a contradição é logo superada quando insistem em dizer que o serviço militar era obrigatório e coercivo, afirmam ainda que caso não cumprissem o serviço militar não conseguiam arranjar emprego.

Vimos a mesma estrutura de argumento a ser apresentada pelos *comprometidos* e também pelos *presos políticos* quando confrontados com acusações de traição pelo partido Frelimo. Isto quer dizer que ao se apresentarem como vítimas do sistema colonial procuram criar uma espécie de elo de ligação com os *camaradas* do partido Frelimo e, deste modo, conseguem alcançar a legitimidade de pertença à moçambicanidade, porque passam a partilhar do mesmo passado. O passado aqui é aquele que diz respeito a “narração de sofrimentos”.

O caso dos DFAs torna-se relevante neste trabalho porque os aspectos que poderiam ser usados pelo partido Frelimo para pôr em causa a sua moçambicanidade estão a ser actualizados no processo de reclamação das reformas. O direito à reforma só é possível a quem pertenceu às forças armadas portuguesas, o que foi considerado pelo partido Frelimo como um acto de traição ao “povo”. Para fugir da acusação de traição apresentam-se como vítimas do mesmo sistema colonial e do processo político mais recente. E para isso acusam o partido Frelimo de ter obrigado Portugal a cuidar das suas lesões e deste modo

conseguem manter e assumir a identidade de DFA sem pôr em causa a sua identidade nacional.

A recuperação da identidade de DFA é feita no meio do silêncio, prova de que se ressentem do discurso condenatório produzido pelo partido Frelimo depois da independência. É com base nestes elementos que (re)constroem também a sua moçambicanidade. E para nisso recorrem a argumentos do tipo: “sempre fui moçambicano”, “nunca me identifiquei com Portugal”, “tive oportunidade de ir a Portugal mas não fui porque minha terra sempre foi aqui”, etc. E os que estão em Portugal a tratar dos processos de reforma afirmam que: “nós somos moçambicanos, nascemos em Moçambique e queremos voltar para lá, viver lá, é lá a nossa terra”⁴⁹.

O que se destaca é o facto deles recorrerem ao local de nascimento como forma de dar legitimidade e autenticidade da sua moçambicanidade. O local de nascimento fornece uma base sólida para a afirmação da identidade nacional moçambicana na ausência de outros elementos difundidos pelo movimento nacionalista, principalmente o anti-colonialismo. Não fazem referência a qualquer consideração de origem étnica, regional ou local. Esta exclusão dos aspectos locais surge porque o objecto da confrontação coloca lado a lado a nacionalidade portuguesa e a nacionalidade moçambicana.

Quando questionados sobre o facto de possuírem a nacionalidade portuguesa, que decorre do processo das reformas, eles respondem que não tiveram outra alternativa. Dizem que é o único meio de conseguirem beneficiar do direito que lhes assiste na qualidade de DFAs: “só queremos a nacionalidade para ter uma reforma, pois nós jurámos a bandeira, lutámos por ela e fomos feridos a defender Portugal”⁵⁰. Esta nacionalidade formal, comprovada por documentos, não se coloca ao nível da identidade nacional. Ela apenas assume o seu lugar formal, de acto administrativo, e, por isso, não pressupõe um vínculo emotivo que é o que está associado a identidade nacional. A pessoa pode ter tantas nacionalidades e passaportes e apenas se identificar estrategicamente com uma única nação.

A conclusão que tirámos destas narrativas é de que a legitimidade e a autenticidade da sua moçambicanidade são apresentadas recorrendo à conjugação dos aspectos manipulados

⁴⁹ Entrevista com Titos, ex-Furriel Atirador do exército português (Ribeiro, 1999:31).

⁵⁰ Ibid.

pela FRELIMO. Trata-se do discurso que faz referência à experiência comum de sofrimento e ao “mito de resistência anti-colonial” como condição da moçambicanidade. Eles falam dos recrutamentos obrigatórios e compulsivos, falam das diferenças de tratamento nos quartéis, falam da vigilância dos elementos da PIDE, denunciam algumas atrocidades cometidas por soldados brancos contra as populações rurais.

Parece ser na questão política que em último caso repousa a afirmação da identidade dos DFAs. Em primeiro lugar porque “o ser *moçambicano* estava ligado não apenas à terra de nascimento, mas também a um gesto de vontade” (Thomaz, 2004: 273). Em segundo lugar porque a questão política refere-se à identificação enquanto membro ou não do partido Frelimo. O partido Frelimo continua a determinar o imaginário que está na base da afirmação das identidades particulares e da identidade nacional. Da parte dos DFAs, todo o esforço vai no sentido de evitar qualquer confrontação com o partido Frelimo.

Aqui as afirmações do tipo: “mas quem não é da Frelimo neste país não sobrevive...”, “Eu também sou da Frelimo, tenho cartão e tudo e não sei qual é o teu partido, e se tens ou não, mas neste país só existe a Frelimo como partido, o resto veio depois”⁵¹, exemplificam as várias representações que demarcam o contexto social da produção das identidades em Moçambique.

O partido Frelimo continua no poder desde a proclamação da independência e nos últimos anos vem se desdobrado em acções que procuram “recuperar” as figuras representativas da unidade nacional ou da moçambicanidade, e como não deixaria de ser, a sua legitimidade está intimamente ligada a guerra contra o colonialismo português. Logo, continua a ser o partido Frelimo que legitima os critérios da moçambicanidade e das restantes identidades sociais e culturais.

Os indivíduos e grupos são obrigados a aprender a dominar as práticas e os discursos que lhes permitem aceder à legitimidade da moçambicanidade. Aqui reside o interesse deste trabalho, em que procuramos demonstrar que as definições das identidades são estratégicas (Vale de Almeida, 1999). Os DFAs recorrem à naturalização das características comuns e principalmente do local de nascimento como afirmação da origem comum e, deste modo,

⁵¹ Entrevista no dia 2 de Março de 2007, Maputo.

encontram elementos para afirmarem a sua identidade, o que lhes permite também jogar com as várias categorias que fazem parte do seu universo, real e imaginário.

6. Fontes e Referências Bibliográficas

6.1. Documentos de Arquivo

A) Arquivo Histórico Militar – Lisboa

1. : “Lei de Recrutamento”, de 2 de Março de 1911; “Decreto nº. 11. 746”, de 15 de Junho de 1926, *Ordens do Exército*, 1911, I Série – Janeiro a Junho: 150-151
2. “Ministério do Exército: Lei de Organização Geral, Recrutamento e Serviço Militar das Forças do Ultramar” (Projecto de Lei). 1952
3. “Lei de Organização Geral, Recrutamento e Serviço Militar da Forças Terrestres Ultramarinas” – Lei nº 2.060 de 3 de Abril de 1953.
4. “Defesa das Províncias Ultramarinas, 1959” (Caixa 37, Nº 5, 2ª D, 10ªS, AHM)
5. “Quadros Orgânicos de Unidades do Ultramar”, (2ªD, 10ªS, Cx 32, Nº. 3, AHM)
6. “Aproveitamento do Potencial Humano Ultramarino. Reforço das Estruturas e reorganização das unidades de Infantaria”, *Estado-maior do Exército, 3ª Repartição, de 17 de Junho de 1964* – (CMD BCAÇ. REF Nº 48/OR/64).
7. “Instrução para a constituição de Guarnições Normais em Angola, Guiné e Moçambique”, 22/03/1969. Documento assinado por Tem. Cor. do CEM Carlos Viana de Lemos, Chefe da 3ª repartição. (Pº. 03. 03.01, 2ªD, 10ªS, Cx 37, Nº 17, AHM)
8. “Reorganização das estruturas militares no ultramar, 1969” (Caixa 37Nº 17, Nº 5, 10ªS, AHM)
9. “*Revisão Orgânica das Unidades Destinadas ao Ultramar, 1969*” (Caixa 37Nº 10, 2ªD, 10ªS, AHM)
10. “Aproveitamento do Potencial Humano Ultramarino. Reforço das Estruturas de Instrução na RMA e na RMM”. (Nº REF. 809/OR/73 – Pº. 03.06.03.02.02., de 6 de Julho de 1973)
11. “Região Militar de Moçambique”, 3ª Repartição. Nampula: 11 De Abril De 1973 (AHM, 2ªD, 10ªS, Cx 37, Nº 18)
12. “*Formação de Tropas Comandos, 1973*” (Caixa 37Nº 15, 2ªD, 10ªS, AHM)
13. “Aproveitamento do potencial humano ultramarino, 1973” (Caixa 37Nº 18, AHM)

14. “Aproveitamento do Potencial Humano Ultramarino. Reforço das estruturas de instrução na RMA e na RMM, 1973-1974” (2ªD, 10ªS, Cx 33, N°2, AHM)

B) Rádio Moçambique

Gravações da “reunião dos comprometidos” (cerca de 800 minutos)

6.2. Referências Bibliográficas

A) Sobre o colonialismo, a Guerra e ex-combatentes

AFONSO, Aniceto & GOMES, Carlos de Matos, 1998, *Guerra Colonial, Angola, Guiné e Moçambique*. Lisboa: Diário de Notícias.

ALBUQUERQUE, Afonso et al., 1992, “Distúrbios Pós-Traumáticos do Stress em Ex-Combatentes da Guerra Colonial”, in *Revista de Psicologia Militar* (Numero Único). Lisboa: Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército. pp. 399-407.

BORGES COELHO, João P., 2003, “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas”, in *Lusotopie*. pp. 175-193.

_____, 2001a, “As duas guerras de Moçambique”, in PANTOJA, Selma (org.), *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15. pp. 75-90.

_____, 2001b, “Tropas negras na guerra colonial: o caso de Moçambique”, in TRUJILLO, José Ramón (ed.), *África el siglo XXI: Actas del II Congreso de Estudios Africanos en el Mundo Ibérico*. Madrid: Sial Ediciones. Col. Casa de África, 12. pp. 127-138.

CANN, John P., 1998 (1997), *Contra-Insurreição em África. O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*. Estoril: Edições Atena.

_____, “Um notável feito de armas”, in TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.), 2001, *A Guerra Colonial. Realidade e Ficção*. Lisboa: Editorial Notícias. pp. 129-140.

CASTELO, Cláudia, 1999, *O Modo português de estar no mundo: o Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.

_____, 2005, *Passagens para África portuguesa: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (c.1920-1974)* – Tese de Doutoramento em Ciências sociais, Sociologia e História, ICS, Universidade de Lisboa.

CORREIA, Pedro Pezarat, “A Participação Local no Desenvolvimento das Campanhas: O Recrutamento Africano”, in MOREIRA, Adriano et al., 2000, *Estudos Sobre as Campanhas de África*. Sintra: Edições Atena. pp. 143-159.

COSTA PINTO, António, 2001, *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte.

CRUZEIRO, Maria Manuela, 1998, *Costa Gomes. O Último Marechal*. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril; Lisboa: Círculo de Leitores.

CRUZEIRO, Maria Manuela, 2004, “As Mulheres e a Guerra Colonial: Um Silêncio Demasiado Ruidoso”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 68. pp. 31-41.

GOMES, Carlos Matos, “Guerra Colonial: Um Balanço”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 37. pp. 604-605.

GUERRA, João Paulo, 1994, *Memória das Guerras Coloniais*. Porto: Afrontamento.

LOPES, Daniel Alexandre Seabra, 1998, *Ex-combatentes da guerra colonial: experiência e identidades: ensaio de construção de um objecto antropológico*. ISCTE: Tese de Mestrado.

MACQUEEN, Norie, 1998 (1997), *Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e o Império*. Mem Martins: Editorial Inquérito.

MARTINS, Coronel E. Azambuja, 1936, *O Soldado Africano de Moçambique*. Lisboa: Agência Geral das Colónias e Divisão de Publicações e Biblioteca.

NEVES, Helena, 2004, “Amor em Tempo de Guerra”: Guerra Colonial, a (in)comunicabilidade (im)possível”, in *Revista Critica de Ciências Sociais*, n.º. 68. pp. 43-63.

MATEUS, Dalila Cabrita, 2003, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: ISCTE. Tese de Doutoramento.

RAIMUNDO, Orlando, 2003, *A Última Dama do Estado Novo e Outras Histórias do Marcelismo*. Lisboa: Autor e Temas de Debate.

RIBEIRO, Jorge, 1999, *Marcas da Guerra Colonial*. Porto: Campo de Letras Editores.

Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1988. Lisboa: Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974).

SERTÓRIO, Humberto, “A guerra colonial ainda não acabou”, in TEIXEIRA, Rui de Azevedo (Org.), 2001, *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção*. Lisboa: Editorial Notícias. pp. 217-229.

SENDAS, Sandra; Ângelo da Costa Maia; Eugenia Fernandes, 2006, “Guerra Colonial Portuguesa: As Duas Faces da Moeda. Significado da Experiência de Participação na guerra colonial portuguesa na Vida dos Ex-combatentes”, in LEAL, Isabel et al, *Actas do 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*. Faro: Universidade do Algarve. pp. 831-837.

SOUSA, Fernando Louro de, 1952, *Moçambique na Defesa de África e do Ultramar Português*. Separata da Revista Militar. Lisboa.

SOUTO, Amélia P. Neves de, 2003, *A Administração Colonial Portuguesa em Moçambique no Período de Marcello Caetano (1968-1974): Mecanismos e Relações de Poder*. Tese de Doutoramento no IHC/FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

THOMAZ, Omar Ribeiro, 2002 (1997), *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o Terceiro Império Português*. Rio de Janeiro: UFRJ

B) Sobre Perspectivas Teóricas e Metodológicas

ANDERSON, Benedict, 1991(1983), *Comunidades Imaginadas. Reflexão sobre a origem e expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

BHABHA, Homi, 1994[1990], “Introduction: Narrating the Nation”, in *Nation and Narration*. London: Routledge. pp. 1-7.

BAUMANN, Gerd, 1999, *The Multicultural Riddle. Rethinking National, Ethnic and Religious Identity*. New York & London: Routledge.

CASTELS, M., 1997, *The Power of Identity: The Information Society*. Oxford: Blackwell.

CONNERTON, Paul, 1993, *Como as Sociedades Recordam?* Oeiras: Celta Editora.

DAVIDSON, Joanna, 2003, “Native birth: identity and territory in postcolonial Guinea-Bissau, West Africa”, in *European Journal of Cultural Studies*. London: Sage Publications. pp. 37-54.

HALL, Stuart, 1997, “Introduction” (pp.1-11); “The Work of Representation”, in HALL, S. (ed.), 1997, *Representation: Cultural Representation and Signifying Practices*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage. pp. 13-64.

_____, 1997, *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence, 1984, *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOPES, Daniel Alexandre Seabra, 1998, *Ex-combatentes da guerra colonial: experiência e identidades: ensaio de construção de um objecto antropológico*. ISCTE: Tese de Mestrado.

PINA CABRAL, João de, 2003, “Identidades Inseridas: Algumas divagações sobre identidade, emoção e ética”. http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2003/wp2_2003.pdf. consulta no dia 10 de Dezembro de 2007.

SOBRAL, José Manuel, 2006, “Memória e Identidade Nacional: Considerações de Carácter Geral e o Caso Português”. http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006_4.pdf. consulta no dia 10 de Dezembro de 2007.

_____, “Da Casa à nação: Passado, Memória, Identidade”, in *Etnográfica*, Vol. VIII, Nº. 1, 1999. pp. 71-86.

_____, “Memória e Identidades Sociais: dados de um estudo de caso num espaço rural”, in *Análise Social*, Vol XX(131-132), (2º e 3º). pp. 289-313.

TAYLOR, Charles., 1998, “A Política de Reconhecimento”, in TAYLOR, C (org.), 1998 [1994], *Multiculturalismo: Examinando a Política de Reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget. pp. 45-94.

TURNER, Victor, 1974[1969], *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Editora Vozes, Lda.

VALE DE ALMEIDA, M., 1999, “Poderes, Produtos, Paixões: O Movimento Afro-Cultural numa Cidade Baiana”, in *Etnográfica*, vol.III(1). pp. 13-156.

_____, 2000, *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta.

_____, 2002, “O Atlântico Pardo. Antropologia, Pós-colonialismo e o caso «lusófono»”, in Bastos, C., M. Vale de Almeida, B. Feldaman-Bianco (coord), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. pp.23-37.

VAN GENNEP, Arnould, 1978, *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada.

WERBNER, Richard; RANGER, Terence, 1996, *Postcolonial Identities in Africa*. London: Zed Books.

C) Sobre Métodos e Técnicas

APPADURAI, Arjun, 1992, “Global Ethnoscapes. Notes and Queries for a Transnational Anthropology”, in Fox, R., (org.), *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe, NM: School of American Research. pp. 191-210.

BOURDIEU, Pierre, 1997, “A Ilusão Biográfica”, in *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora. pp.53-59.

DENZIN, Norman R. & LINCOLN, Yvonna S., 2000, “Introduction: The Discipline and Practice of Qualitative Research”, in *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage Publications.

DUBAR, Claude, 2006, *A Crise das Identidades: a Interpretação de uma Mutação*. Porto: Edições Afrontamento.

PUJADAS MUÑOZ, Jose Juan, 1992, *Cuadernos Metodológicos 5. El Método Biográfico: El Uso de las Historias de Vida en Ciências Sociales*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

NARAYAN, Kirin “How Native Is a “Native” Anthropologist”, in LAMPHERE, L. et al (org.), 1997[1994], *Situated Lives: Gender and Culture in Everyday Life*. New York: Routledge. pp. 23-41.

POIRIER, Jean; Simone Clapier-Valladon; Paul, Raybaut, 1995, *Histórias de Vida: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

RIBEIRO, Manuela, 1995, “Histórias de Vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica. Reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 44. pp. 125-141.

SCHNEIDER, Jens, 2004, “Discursos Simbólicos e Símbolos Discursivos: Considerações Sobre a Etnografia da Identidade Nacional”, in *MANA 10(1)*. pp. 97-129.

D) Sobre Nacionalismo e Identidade Nacional em Moçambique

CABAÇO, José Luís, 2002, “Políticas de Identidade no Moçambique Colonial”, in MAGGIE, Yvonne e Claudia B. Rezende (org.), 2002, *Raça como Retórica: A Construção da Diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 352-408.

_____, 2004, “Idantidades, Conflito e Liberdade”, in *Travessias n° 4/5*. Lisboa. pp. 237-249.

CAHEN, Michel, 1994, “Mozambique, histoire géopolitique d’une pays sans nation” In *Lusotopie: Geopoliques des mondes lusophones*. pp. 213-266. Extraído da internet em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/resu9412.html>. consulta no dia 20 de Agosto de 2007.

CONCEIÇÃO, A. Rafael da, 2006, *Entre o Mar e a Terra: Situações Identitárias do Norte de Moçambique*. Maputo: Promédia (Colecção Identidades).

CRUZ E SILVA, Teresa, 1998, “Educação, Identidades e a Consciência Política. Missão Suíça no Sul de Moçambique (1930-1975). *Lusotopie*, 1998. pp. 397-405. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/cruz.pdf>, consulta no dia 20 de Agosto de 2007.

GRAÇA, Pedro Borges, 2005, “Estruturação da Cultura Moçambicana” In *A Construção da Nação em África. Ambivalência Cultural de Moçambique*. Lisboa: Almedina. pp. 175-244.

KHAN, Sheila, 2004, “Emigrantes Africanos Moçambicanos: A Construção Social de Identidade e Etnicidade”, in *Travessias n° 4/5 (2004)*. Lisboa. pp. 251-267.

MATEUS, Dalila Cabrita, 1999, *A luta pela Independência: a Formação das Elites Fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Editorial Inquérito.

_____, 2006, *Memórias do Colonialismo e da Guerra*. Porto: ASA Editores.

MONDLANE, Eduardo, 1995, *Lutar por Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

NGOENHA, Severino, “Identidade moçambicana: já e ainda não”, in SERRA, Carlos (dir.) 1998, *Identidade, Moçambicanidade e Moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária. pp. 17-34.

_____, 1999, “Os Missionários Suíços face ao Nacionalismo Moçambicano. Entre a Tsonganidade e a Moçambicanidade”. *Lusotopie*, 1999. pp. 425-436. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/ngoenha.pdf>, consulta no dia 5 de Agosto de 2007.

LIESEGANG, Gerhard, “Territorialidades sociais e identidades com referência a Moçambique”, in SERRA, Carlos (dir.) 1998, *Identidade, Moçambicanidade e Moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária. pp. 990-159.

SERRA, Carlos (dir.), 1998, *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização*. Maputo: Livraria da Universidade Eduardo Mondlane.

_____, (dir.), 2000, *Racismo, Etnicidade e Poder*. Maputo: Livraria Universitária.

THOMAZ, Omar Ribeiro, 2004, “Entre Inimigos e Traidores: Suspeitas de Acusações no processo de formação nacional no Sul de Moçambique”, in *Travessias N° 4/5 (2004)*. Lisboa. pp. 269-287.